



ANÁLISE DE PROCESSOS POR AMOSTRAGEM – PROCESSOS CRIMINAIS DE RÉUS PRESOS

Nº	IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	OBSERVAÇÕES
01	(Inquérito) Processo nº 0009544-96.2017.8.14.0051 Classe: Art. 121, §2º, II e IV, art. 211, ambos do CP. Acusado: Cleonildo da Silva Viana Data da Distribuição: 09.06.17	- Inquérito instaurado por meio de portaria em maio de 2017. - Inquérito concluído em 09.07.17. - Prisão preventiva decretada pelo magistrado em 10.07.17. Obs.: Inquérito concluído. Em fase de ser remetido ao MP, para as providências cabíveis.
02	Processo nº 0009815-08.2017.8.14.0051 Classe: Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06. Acusado: Alex Breno Ferreira Ramos Data da Distribuição: 11.07.17	- Em 21.07.17 foi oferecida a denúncia pelo MP. - Em 28.07.17 foi determinada a notificação do réu para apresentar sua defesa preliminar por escrito. Na mesma oportunidade o magistrado já designou a audiência e deferiu os pleitos do MP. OBS.: Feito com tramitação regular até então. Aguardando as diligências determinadas e a defesa preliminar do réu.
03	Processo nº 0009435-82.2017.8.14.0051 Classe: Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06. Acusado: Jefferson Tavares da Trindade Data da Distribuição: 06.07.17	- Em 19.07.17 foi oferecida a denúncia. - Em 28.07.17 foi determinada a notificação do réu para apresentar sua defesa preliminar por escrito. Na mesma oportunidade o magistrado já designou a audiência e deferiu os pleitos do MP. OBS.: Feito com tramitação regular até então. Aguardando as diligências determinadas e a defesa preliminar do réu.
04	Processo nº 0002713-66.2016.8.14.0051 Classe: Art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c art. 29, ambos do CP Acusado: Cleiton Nilo Galvão Torres e Marlon Silva Cardoso Data da Distribuição: 22.02.16	- Em 18.03.16 foi oferecida a denúncia. - Em 14.04.16 o Magistrado recebeu a denúncia, determinando a citação dos acusados para apresentarem suas respostas à acusação, bem como deferiu as diligências pleiteadas pelo MP. - Em 03.03.16 o réu Cleiton apresentou sua resposta à acusação, por meio de advogado constituído. Obs.: Não consta nos autos a procuração. - Em 21.10.16 o réu Marlon apresentou sua resposta à acusação, por meio da defensoria pública. - Em 17.11.16 o magistrado analisou a resposta à acusação dos réus, decretou a prisão preventiva do réu Cleiton e designou data para audiência. - Magistrado reanalisou os motivos ensejadores da prisão, mantendo-a e antecipou a data para realização da audiência. - Em 19.04.17 foi iniciada a instrução processual, ocasião em que foram ouvidas algumas testemunhas. - Em 26.05.17 foi dada continuidade à instrução processual, ocasião em que foram ouvidas as testemunhas e interrogados os réus. - Instrução encerrada. Aberto vistas para alegações finais. - Em 09.06.17 o MP apresentou suas alegações finais. Obs.: Aguardando as alegações finais dos réus.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA COMARCA DE SANTARÉM  
3ª VARA PENAL

ANÁLISE DE PROCESSOS POR AMOSTRAGEM – PROCESSOS CRIMINAIS DE RÉUS PRESOS

05	<p>Processo nº 0122030-92.2015.8.14.0051 Classe: Art. 121, caput, c/c art. 29 e art. 211, todos do CP Acusado: Erick Martins de Oliveira e Marcelo Brito Lima Data da Distribuição: 21.09.16</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Em 02.12.15 o Ministério Público ofereceu a denúncia;</li><li>- Em 10.12.15 o juízo recebeu a denúncia, determinou a citação dos acusados para apresentarem suas respostas à acusação, bem deferiu as diligências requeridas pelo MP na denúncia.</li><li>- Em 29.01.16 o réu Marcelo apresentou sua resposta à acusação.</li><li>- Em 08.03.16 o magistrado manteve a prisão preventiva do réu Marcelo.</li><li>- Em 18.04.16 foi iniciada a instrução processual somente em relação ao réu Marcelo Brito Lima, uma vez que o réu Erick não foi encontrado para citação pessoal, com a oitiva das testemunhas.</li><li>- Em 25.04.16 foi dada continuidade à instrução, somente em relação ao réu Marcelo, ocasião em que foram ouvidas as testemunhas de defesa, revogada a sua prisão preventiva e determinada a citação do réu Erick e a realização de diligências.</li><li>- Houve o desmembramento do processo.</li><li>- O réu Erick foi citado pessoalmente em 10.10.16, conforme consta às fls. 109.</li><li>- Em 15.12.16 o Réu Erick apresentou sua resposta à acusação, por meio da defensoria pública.</li><li>- O magistrado refutou as alegações da defesa do acusado Erick e determinou a realização de audiência de instrução e julgamento.</li><li>- Em 06.02.17 deu-se início a instrução do feito em relação ao réu Erick, com a oitiva de testemunhas e determinação de diligências.</li><li>- Em 08.03.17 foi dada continuidade a instrução processual em relação ao réu Erick, com a oitiva de testemunhas.</li><li>- Em 22.03.17 foi realizado o interrogatório do réu Erick.</li><li>- Foram apresentadas as alegações finais pelo MP em 07.04.17.</li><li>- O réu Erick apresentou suas alegações finais em 18.04.17.</li><li>- Em 27.04.17 o magistrado pronunciou o réu Erick.</li><li>- Em 14.06.17 o réu Erick foi intimado da pronúncia.</li><li>- Conforme consta às fls. 171, a sentença de pronúncia transitou livremente em julgado.</li><li>- O MP já apresentou rol de testemunhas e requereu diligências para serem produzidas em plenário.</li><li>- O réu Erick também já apresentou rol de testemunhas para serem inquiridas durante o julgamento pelo júri.</li><li>- Em despacho de 28.07.17, o Magistrado, ao tomar conhecimento que o presente processo é fruto do desmembramento do processo nº 0004674-76.2015.8.14.0051, com relação ao réu Marcelo Brito Lima, o qual foi pronunciado no final de junho, antes de determinar a realização do júri, o magistrado determinou seja certificado a fase processual dos autos desmembrados e, caso estejam na mesma fase, que sejam enviados em conjunto, com conclusão, para apreciação da possibilidade de remembramento e realização, se possível, de uma única sessão de julgamento pelo Júri.</li></ul> <p>Obs.: Feito com tramitação regular. Aguardando cumprimento do despacho do magistrado.</p>
06	<p>Processo: 0007006-45.2017.8.14.0051 Classe: Art. 33, caput, da</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Em 26.06.17, o MP ofereceu a denúncia;</li><li>- Em 04.07.17 foi determinada a citação do réu para apresentar sua defesa prévia, bem como a realização de diversas providências;</li></ul>



ANÁLISE DE PROCESSOS POR AMOSTRAGEM – PROCESSOS CRIMINAIS DE RÉUS PRESOS

	Lei nº 11.343/06. Acusado: Eduardo Henrique Santos de Oliveira Data da Distribuição: 02.06.17	- Em 13.07.17 o réu apresentou sua defesa prévia. - Em decisão datada de 28.07.17, o magistrado recebeu a denúncia, refutando os argumentos manifestados pelo réu em sua defesa prévia, manteve a prisão preventiva e designou data para audiência, a ser realizada no dia 22.08.17. Obs.: Feito com tramitação regular. Aguardando a realização da audiência.
07	Processo nº 0003431-97.2015.8.14.0051 Classe: Art. 121, §2º, incisos II, III e IV, art. 211, art. 155, §4º inciso IV, todos do CP e art. 244 do ECA. Acusado: Elton Alves de Oliveira Data da Distribuição: 18.06.15	- Em 10.07.15 o Ministério Público ofereceu a denúncia. - Em 15.07.15 foi recebida a denúncia com as determinações de praxe; - Em 28.08.15, o réu Elton apresentou, por meio de advogado sem procuração nos autos, sua resposta à acusação; - O Réu nomeou outro advogado para seguir em sua defesa. - Em 09.02.17 o advogado regularmente constituído, interpôs pedido de revogação da prisão preventiva do acusado. - Em 20.02.17 foi iniciada a instrução processual com a oitiva de testemunhas de acusação e de defesa, tendo sido determinada nova data para realização do interrogatório do acusado. - Em 20.03.17 foi realizado o interrogatório do réu e determinada a abertura de vista às partes para alegações finais. - Em 31.03.17 o MP apresentou suas alegações finais. - Em 24.05.17 o réu apresentou suas alegações finais. - Em 30.05.17 o magistrado proferiu sentença pronunciando o acusado. - O réu interpôs RESE em 26.06.17. - O RESE foi recebido e o Recorrente já apresentou suas Razões recursais. Obs.: Processo com tramitação regular. Aguardando contrarrazões do MP para remessa ao TJPA.
08	Processo nº 0002829-38.2017.8.14.0051 Classe: Art. 121, §2º, inciso I e IV, do CP Réu: Danilo Ferreira Horta Data da Distribuição: 08.03.17.	- Em 22.03.17 o Ministério Público ofereceu a Denúncia. - Em 03.04.17 foi recebida a denúncia pelo juízo com as determinações de praxe; - Em 18.04.17 o réu apresentou sua resposta à acusação, por meio da defensoria pública. - Em 05.05.17 foi realizada a audiência de instrução com a oitiva das testemunhas e do réu, a qual se encerrou na mesma data, tendo sido aberto vistas dos autos às partes para alegações finais. - Em 17.05.17 o MP apresentou as suas alegações finais. - Em 25.05.17 o réu apresentou as suas alegações finais. - Em 06.06.17 o magistrado proferiu sentença pronunciando o réu. - Em 28.06.17 o réu interpôs RESE contra a pronúncia. - Já apresentadas as Razões e Contrarrazões. - Magistrado manteve a pronúncia. Obs.: Aguardando remessa dos autos ao TJPA, conforme determinado pelo juízo.
9	Processo nº 0015101-98.2016.8.14.0051 Classe: Art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c art. 29, ambos do CP e art. 1º da Lei 8.072/90 Acusado: William Santos	- Em 31.10.16 o Ministério Público ofereceu Denúncia. - Em 14.12.16 a denúncia foi recebida pelo juízo com as determinações de praxe, ocasião em que foi decretada a prisão preventiva dos réus; - Em 22.03.17 foi determinada a citação dos réus. - Em 27.03.17, o réu William, por meio da defensoria pública, apresentou sua resposta à acusação;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA COMARCA DE SANTARÉM**  
**3ª VARA PENAL**

**ANÁLISE DE PROCESSOS POR AMOSTRAGEM – PROCESSOS CRIMINAIS DE RÉUS PRESOS**

	<p>Martins e Josiel Monteiro da Silva Data da Distribuição: 26.09.16</p>	<p>- Em 29.05.17 foi iniciada a instrução processual, ocasião em que o réu Josiel apresentou sua resposta à acusação, por meio de advogado particular. Na mesma oportunidade o magistrado analisou as alegações, recebeu a denúncia para ambos os acusados, procedeu a oitiva das testemunhas e interrogou o réu William. Decretada a revelia do réu Josiel.</p> <p>- Instrução processual encerrada. Aberto vistas para alegações finais.</p> <p>- Em 06.06.17 o MP apresentou suas alegações finais.</p> <p>- O réu William apresentou suas alegações finais em 25.07.17.</p> <p>- Em 28.07.17 o juízo determinou a abertura de vista à defensoria pública para apresentação das alegações finais em prol do acusado Josiel, pois o advogado por ele constituído não as apresentou, embora intimado para tanto.</p> <p>Obs.: O magistrado deve verificar acerca da necessidade de intimação do acusado para que constitua um novo patrono de sua confiança, em virtude da desídia do por ele até então constituído, e, caso não o faça, da necessidade de encaminhamento dos autos à defensoria pública.</p> <p>Obs.: Processo com regular tramitação.</p>
10	<p>Processo nº 0009735-44.2017.8.14.0051 Classe: Art. 33, caput, c/c art. 40, III, ambos da Lei nº 11.343/06 Acusado: Geisel Renato Rodrigues Marinho Data da Distribuição: 12.07.17</p>	<p>- Em 21.07.17 foi oferecida a denúncia.</p> <p>- Em 28.07.17 foi determinada a notificação do acusado para apresentar sua defesa preliminar, tendo sido ainda determinada a audiência de instrução e julgamento ocasião em que apreciará o recebimento ou não da denúncia.</p> <p>Obs.: Processo aguardando o cumprimento do despacho do magistrado.</p>



# RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VARA DE EXECUÇÃO PENAL



---

**Relatório de Competência por Comarca**

---

**Comarca: SANTARÉM**

**Vara: VARA DE EXECUCAO PENAL DE SANTAREM**  
RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA

JUIZ RESPONDENDO

Competências

EXEC. DE PENAS ALTERNATIVAS

EXEC. DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

EXECUÇÃO PENAL

EXEC. DE MEDIDAS ALTERNATIVAS



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: SANTARÉM
EDITAL Nº 04/2017
PERÍODO: 31/07 a 04/08/2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b>
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Vara de Execução Penal
1.2 COMPETÊNCIA: Execução de penas privativas de liberdade e restritivas de direito da comarca de Santarém
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Gabriel Veloso de Araújo Observação CJCI: O Juiz Titular da unidade judiciária é o Magistrado Daniel Ribeiro Lobato Dacier.
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: desde 12/2016.
<b>2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: 01 (uma) sala para o gabinete do Magistrado, com banheiro; 01 (uma) sala para a assessoria do Juízo; 01 (uma) sala de audiência; 01 (uma) sala para o setor de cálculos; 01 (uma) sala para a secretaria; 01 (uma) sala para a CEMPA (Central de Medidas e Penas Alternativas); 01 (uma) sala para o Setor Técnico.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: ( x ) Boas                    ( ) Regulares                    ( ) Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: ( x ) Boas                    ( ) Regulares                    ( ) Ruins Justificar:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA  
DE SANTARÉM

<b>2.6 MOBILIÁRIO:</b> ( x ) Bom                      ( ) Regular                      ( ) Ruim Justificar:		
<b>2.7 SEGURANÇA:</b> ( ) Boa                      ( ) Regular                      ( ) Ruim Justificar: Prejudicado		
<b>2.8 ACESSIBILIDADE:</b> ( ) Boa                      ( ) Regular                      ( ) Ruim Justificar: Prejudicado		
<b>2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:</b> ( ) Boa                      ( ) Regular                      ( ) Ruim Justificar: Prejudicado		
<b>3. MAGISTRADOS</b>		
<b>3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Dr. Gabriel Veloso de Araújo - desde 12/2016		
<b>3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Sim, a Dra. Rafaella Moreira Lima Kurashima - desde 26/06/2017		
<b>3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:</b> Não houve		
<b>3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:</b> Sim, com a 3ª Vara Criminal da Comarca de Santarém, unidade em que o Magistrado é Juiz Titular.		
<b>3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES</b> Relacionar e descrever: Mutirão de análise de condenados do regime semiaberto e fechado.		
<b>3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:</b> Relacionar e descrever: Não		
<b>3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA:</b>		
<b>JUIZ</b>	<b>ENTRADA</b>	<b>SAÍDA</b>
01 Sidney Pomar Falcão	03/12/2016	06/12/2016
02 Daniel Ribeiro Dacier Lobato (Titular)	09/06/2015	-
03 Gabriel Veloso De Araújo (Respondendo)	06/12/2016	29/01/2017
	08/02/2017	28/02/2017
	03/04/2017	-
05. Vilmar Durval Macedo Junior	03/07/2017	25/07/2017
<b>4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):</b>		
<b>4.1 GABINETE:</b>		
Nome: Poliana Dyara Gomes Rocha de Aguiar Cargo: Assessora do Juízo – Exclusivamente comissionada		



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA**  
**DE SANTARÉM**



Ato de nomeação: Portaria 1.136/2014 - GP, de 26/03/2014

Nome: Rodrigo Caldeira Silva  
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária  
Ato de nomeação: Portaria nº 2.561 - GP, de 06/07/2015

Nome: Gustavo Inácio da Luz Nogueira  
Cargo: Estagiário

**4.2 SECRETARIA:**

Nome: Francinaldo Figueira Bentes  
Cargo: Analista Judiciário- Área Judiciário (Diretor de Secretaria)  
Ato de nomeação: Portaria 1.147/2007 - GP, de 30/07/2008

Nome: Ádria Gonçalves Ribeiro  
Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária  
Ato de nomeação: Portaria nº 1.384/2008 - GP, de 28/08/2008

Nome: Fernanda Mara Crisóstomo de Castro  
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária  
Ato de nomeação: Portaria nº 3.096/2015 - GP, de 29/07/2015

Nome: Dirceu Martins Freire  
Cargo: Motorista do TJEPA (executa serviço em secretaria)  
Ato de nomeação: Portaria nº 1.446/2007 - GP

**4.3. OUTROS SETORES:**

**SETOR DE CÁLCULO**

Nome: Anderson Desincourt Almeida  
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária  
Ato de nomeação: Portaria nº 1.221/2006 - GP, de 28/08/2008  
Ato de lotação:

**CEMPA**

Nome: Domingos de Ramos Pereira da Silva  
Cargo: Analista Judiciário  
Ato de nomeação: Portaria nº 05/2011 - GP, de 10/01/2011

Nome: Jarlene de Menezes Pereira  
Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal  
Ato de nomeação: Ofício nº 287/2016 - PMS, de 22/08/2016  
Ato de lotação:

Nome: Edyana Bárbara Vinhote Rego  
Cargo: Estagiária

**EQUIPE TÉCNICA**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE SANTARÉM**

Nome: Tereza Catarina Fonseca Oliveira  
Cargo: Analista Judiciária - Assistente Social  
Ato de nomeação: Portaria nº 1.308/2007 - GP, de 11/06/2007  
Ato de lotação: 25/06/2007

Nome: Tamar Kanemitsu Parente  
Cargo: Analista Judiciária – Psicóloga  
Ato de nomeação: Portaria nº 4.852/2013 - GP, de 11/06/2007

Nome: Jucineide Almeida Vieira Pereira  
Cargo: Analista Judiciária - Pedagoga  
Ato de nomeação: Portaria nº 0558/2011, de 24/02/2011

**5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA**

**5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:**

Dra. Dully Sanae Araújo Otakara

**5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:**

Substituta

**5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?**

Não

**5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:**

Dr. George Augusto Aguiar - desde 2013

**5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:**

Titular

**5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?**

Sim, com a 3ª Vara Criminal

**6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL**

**6.1 VEÍCULOS**

Prejudicado

**6.1.1 FROTA:**

Prejudicado

**6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?**

( ) Sim ( ) Não

Justificar:

Prejudicado

**6.2 INFORMÁTICA (QUANTIDADE):**

Computador: 18

Scanner: 03

Impressora: 07

**6.2.1 ACESSO À INTERNET:**

( ) Bom ( X ) Regular ( ) Ruim

Justificar: A internet é lenta e há intermitência no sinal.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA  
DE SANTARÉM



<p><b>6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):</b> 18 pontos Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Não, há necessidade de instalação de mais 07 (sete) novos pontos, uma vez que os existentes não atendem as demandas das impressoras.</p>
<p><b>6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS:</b> LIBRA E SEEU</p>
<p><b>6.2.4. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail):</b> 1execpenalsantarem@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? O Diretor de Secretaria Francinaldo Figueira Bentes. Com que frequência? Diariamente</p>
<p><b>7. SECRETARIA JUDICIAL</b></p>
<p><b>7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?</b> ( x ) Bom                    ( ) Regular                    ( ) Ruim Justificar:</p>
<p><b>7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?</b> ( x ) Sim                    ( ) Não Justificar:</p>
<p><b>7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?</b> ( x ) Sim                    ( ) Não Justificar: Tanto no Libra quanto no SEEU</p>
<p><b>7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?</b> ( x ) Sim                    ( ) Não Justificar:</p>
<p><b>7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?</b> ( x ) Sim                    ( ) Não Justificar: Há necessidade de curso de atualização para manuseio do SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado).</p>
<p><b>7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?</b> ( x ) Sim                    ( ) Não Justificar: Para quando está a pauta de audiência? 07/12/2017 Em quais dias da semana são realizadas as audiências? Em regra, terça, quarta e quinta. Quantas audiências são realizadas por dia? Em média, 07 (sete) Os motivos da remarcação/não realização das audiências são inseridos nos campos "observação" do Sistema Libra? Não.</p>
<p><b>7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?</b> ( x ) Sim                    ( ) Não</p>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA  
DE SANTARÉM

Justificar: Existem 29 (vinte e nove) processos aguardando a referida providência e tal circunstância decorre em razão da necessidade de registro no sistema de informática INFODIP da Justiça Eleitoral, a qual o Diretor de Secretaria não possui.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Uma vez por semana.

## 8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

### 8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

Observação CICI: Dados fornecidos pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo

#### TOTAL GERAL 2015:

Despacho: 531  
Decisão Interlocutória: 369  
Sentença: 1091  
Audiência: 256

#### TOTAL GERAL 2016:

Despacho: 566  
Decisão Interlocutória: 589  
Sentença: 1290  
Audiência: 588

#### TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição – 30/07/2017):

Despacho: 793  
Decisão Interlocutória: 512  
Sentença: 954  
Audiência: 262

### 8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA

Observação CICI: Dados fornecidos pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo

#### QUANTIDADE

	QUANTIDADE
<b>CIVEIS</b>	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
<b>CRIMINAIS</b>	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE SANTARÉM



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	2.841
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
<b>CARTAS PRECATÓRIAS</b>	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	-
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	22
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
	-
<b>TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA</b>	<b>2.863</b>
Feitos com Tramitação Externa	193
Contagem Física + Tramitação externa	3.056
<b>ACERVO LIBRA</b>	Acervo total: 3.110 Acervo ativo: 3.099

**9. INDICADORES GERAIS**

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

( X ) Sim                      ( ) Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho do presente ano.

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	Não se aplica a Vara de Execução Penal	
2016		
2017		

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

( X ) Sim                      ( ) Não

Justificar: Esta vara segue procedimento adotado pelo CNJ na identificação de processos por regime de pena, quais sejam:

Tarja vermelha: presos em regime fechado;

Tarja vermelha e azul: presos em regime semiaberto;

Tarja azul: regime aberto;



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA  
 DE SANTARÉM

Tarja preta: foragidos;  
 Tarja verde: pena alternativa.

**9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:**

Observação CJCI: Dados fornecidos pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo

- ( - ) INICIAIS;
- ( 5 ) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
- ( - ) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- ( - ) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
- ( 4 ) IDOSO;
- ( - ) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- ( - ) AÇÕES DE ALIMENTOS;
- ( 3 ) RÉU PRESO;
- ( 2 ) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
- ( 1 ) ALVARÁ DE SOLTURA;
- ( - ) POR ORDEM CRONOLÓGICA
- ( - ) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
- ( - ) OUTRO

**OBSERVAÇÕES:**

**9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ**

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD		X
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-	-
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAS	X	
INFOSEG		X
CNACL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	

**9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?**

( ) Sim ( x ) Não

Justificar:

Prejudicado

**10. INDICADORES CÍVEIS**

**10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):**

Prejudicado

**10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA  
DE SANTARÉM



Prejudicado
<b>10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014):</b> Prejudicado
<b>10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:</b> Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga: Prejudicado
<b>11. INDICADORES CRIMINAIS</b>
<b>11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):</b> Prejudicado
<b>11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:</b> 816 (oitocentos e dezesseis) presos, entre homens e mulheres.
<b>11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:</b> Prejudicado
<b>11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar:
<b>11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO):</b> Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: Prejudicado
<b>11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:</b> Prejudicado
<b>12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>
<b>12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:</b> Prejudicado
<b>12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:</b> Prejudicado
<b>12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:</b> Prejudicado
<b>12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?</b> ( ) Sim ( ) Não



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA  
DE SANTARÉM

Justificar: Prejudicado
<b>12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:</b> Prejudicado
<b>12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Prejudicado
<b>12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?</b> Prejudicado
<b>12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Prejudicado
<b>13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL</b>
<b>13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE?</b> ( ) Sim (X) Não Justificar:
<b>13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?</b> ( ) Sim (X) Não Justificar:
<b>13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?</b> ( ) Sim (X) Não Justificar:
<b>13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?</b> (X) Sim ( ) Não Justificar: Os reeducandos comparecem mensalmente perante a equipe técnica para justificar suas atividades e, em sendo constatada a ausência dos mesmos, há comunicação ao Magistrado para a adoção das medidas cabíveis.
<b>13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?</b> Sim, o Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura.
<b>13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?</b> Não
<b>13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?</b> Mensalmente, tendo a última inspeção sido realizada em 24/07/2017
<b>13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?</b> Sim, mas só existe de direito e não de fato, uma vez que o mesmo se dissolveu em razão de ser um trabalho voluntário.



<b>14 PRECATÓRIAS</b>
<b>14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO:</b> Prejudicado
<b>14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO:</b> 22 (vinte duas), sendo a mais antiga no Sistema Libra datada de 19/07/2017 (Processo 0005575-09.2007.814.0051), que na verdade é uma execução penal que veio de Belém cadastrada como carta precatória, em face do procedimento que era adotada à época do fato.
<b>14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA:</b> Não
<b>14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( X ) Sim                    (   ) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: Os autos são encaminhados para o armário "aguardando prazo", em que as prateleiras são identificadas por mês de vencimento. Cobrança: Através de ofício, malote digital ou AR, de acordo com a situação.
<b>15 INQUÉRITOS POLICIAIS</b>
<b>15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b> Prejudicado
<b>15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b> Prejudicado
<b>15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS:</b> Prejudicado
<b>16 PETIÇÕES:</b> Observação CJCI: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo
<b>16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO:</b> 00
<b>16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO:</b> 00
<b>16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO:</b> 00
<b>16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS:</b> 00  Observações CJCI: Verificou-se a existência de 3.094 (três mil e noventa e quatro) petições pendentes de juntada no Sistema Libra.
<b>16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO:</b> 00
<b>16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS:</b> 00
<b>17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA</b> Observação CJCI: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo
<b>17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS:</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA  
DE SANTARÉM

00		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 00		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00  Observação CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se a existência de 09 (nove) processos conclusos há mais de 100 (cem) dias para o gabinete do Magistrado.		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 48  Observação CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se a existência de 52 (cinquenta e dois) processos conclusos ao gabinete do Magistrado há mais de 100 (cem) dias.		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA :		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
RELATÓRIO EM ANEXO		
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? ( ) Sim            ( X ) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: Não é realizado controle. A ausência dos mencionados expedientes só é observada por ocasião de realização de audiência ou quando os autos são manuseados e se verifica tal circunstância. Cobrança: Os servidores se dirigem pessoalmente à Central de Mandados, verificam o Oficial de Justiça que se encontra de posse do mandado e solicitam a sua devolução.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	113	22/03/2017
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	78	31/03/2017
17.7.3 ADVOGADO	03	23/06/2017
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? ( x ) Sim            ( ) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: Através do relatório de processos com carga ao MP, Defensoria Pública e advogado emitido pelo Sistema Libra. Cobrança: Através de ofício, sendo Advogado, MP ou Defensoria Pública.		
<b>18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)</b>		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? ( ) Sim            ( X ) Não Justificar: Verificou-se que apesar de existir 86 (oitenta e seis) objetos cadastrados no Cadastro Nacional de Bens Apreendidos, só existem 02 (dois) no Sistema Libra.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?		



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA  
DE SANTARÉM



<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		
<b>18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		
<b>18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:</b>		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
RELATÓRIO EM ANEXO		
<b>18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		
<b>18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		
<b>19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS</b>		
<b>19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?</b> <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observação: Não há processo com subconta judicial. O depósito de valores é realizado na subconta vinculada à Vara.  Observação: A partir do mês de outubro do ano de 2016, os valores oriundos de substituição de pena e de pena alternativa são depositados judicialmente em subconta específica destinada para tal fim.  Observação 02: Os mencionados valores são destinados, até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para instituições previamente cadastradas e que apresentarem projetos para tanto, como por exemplo APAE, Pastoral Carcerária, Instituição Irmã Dulce, etc. Com a aprovação é realizada a liberação.  Observação 03: Também há credenciamento de instituições para o cumprimento de penas de prestação de serviço, desde que sejam instituições públicas ou privadas sem fim lucrativo.		
<b>19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?</b> <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
<b>19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?</b> <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Relatório em anexo		
<b>19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Prejudicado		
<b>19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA  
DE SANTARÉM

Justificar:  
Prejudicado

**19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?**

( ) Sim ( ) Não

Justificar:  
Prejudicado

**20. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:**

1. Inicialmente é necessário observar a defasagem do quadro de servidores dessa vara considerando que a demanda é crescente e o atual quadro já se demonstra deficitário. Dois setores desta vara, CEMPA e Setor de Cálculo, contam com apenas um servidor do quadro, o que acaba prejudicando o andamento dos trabalhos quando necessitam se afastar por qualquer motivo.

2. Por último, é necessário constar um pleito antigo desta secretaria no intuito de conseguir implementar efetivamente o sistema SEEU (SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO). Ocorre que, com o atual quadro e com os equipamentos de que dispõe esta secretaria fica inviável conseguir digitalizar os processos físicos desta secretaria durante o expediente normal de trabalho. Diante disso, pleiteamos junto ao Tribunal de Justiça a concessão de tempo integral aos servidores desta vara por um tempo determinado até que se concluísse a digitalização de todos os processos físicos, o que foi prontamente negado. Informo que, não obstante todas as dificuldades, esta secretaria tem concentrados esforços no sentido de efetivar a inserção no sistema SEEU de, pelo menos, todos os processos novos de condenados presos distribuídos no ano de 2017.

3. Diante do que foi exposto, há necessidade de verificar a possibilidade de lotação de mais servidores na vara com intuito de evitar que os setores CEMPA E SETOR DE CÁLCULO não fiquem desfalcados;

4. Com relação à efetivação do sistema SEEU, esta secretaria já vem se articulando no sentido de registrar todas as novas guias de execução de condenados presos e, atualmente, está rigorosamente em dia com os referidos cadastros. No entanto, a dificuldade está no processo de digitalização dos feitos antigos, que demandam uma força de trabalho extraordinária já que é inviável ser feito durante o expediente normal de trabalho. Portanto, diante disso, há necessidade de atendimento dos pleitos dessa secretaria no ensejo de garantir ao menos por um período determinado de tempo o pagamento da gratificação de tempo integral aos servidores desta vara para que possam cumprir jornada extraordinária e tentar proceder à digitalização dos feitos antigos.

**21. CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:**

1. O magistrado respondendo por este juízo corrobora todas as considerações já explanadas pela secretaria.

**22. CORREGEDORIA DO INTERIOR**

A Vara de Execução Penal de Santarém possui competência para execução de penas privativas de liberdade e de penas e medidas alternativas (restritivas de direito).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA  
DE SANTARÉM



O Dr. Daniel Ribeiro Lobato Dacier é o Juiz titular (afastado, para tratamento de saúde), e o Dr. Gabriel Veloso de Araújo, titular da 3ª Vara criminal, se encontra respondendo pela Vara, desde 02/12/2016, com o auxílio da Juíza substituta Rafaella Moreira Lima Kurashima, sendo que esta responde pela Vara, desde 26/06/2017.

Encontram-se vinculados à Comarca de Santarém os seguintes estabelecimentos penais: Centro de Recuperação Regional Sívio Hall de Moura e Central de Triagem Masculina (CTMM), os quais foram visitados pela Desembargadora Corregedora de Justiça da CJCI e pela Juíza Auxiliar da Corregedoria e um servidor da CJCI, conforme relatórios, em anexo. Há previsão de entrega do Centro de Recuperação Feminino, até final de setembro de 2017.

A VEP de Santarém alcança as seguintes comarcas da Região: Alenquer, Almeirim, Faro, Juruti, Monte Dourado (Vara distrital), Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Terra Santa, além da 1ª, 2ª e 3ª Varas de Santarém.

De acordo com a contagem física realizada pelos servidores da unidade judiciária, mais feitos com tramitação externa, há 3.056 (três mil e cinquenta e seis) processos em tramitação na Vara, constando, do Sistema Libra, o número de 3.110 (três mil, cento e dez) processos, dos quais 3.099 (três mil e noventa e nove) do acervo ativo.

A resenha para publicação é conferida uma vez por semana.

Há identificação dos feitos por cumprimento de pena, sendo utilizadas tarjas na cor vermelha para os processos de presos em regime fechado, tarjas nas cores vermelha e azul para os processos de presos em regime semiaberto, tarja azul para o regime aberto, tarja preta para foragidos e tarja verde para penas alternativas.

As audiências são realizadas de terça a quinta, em média, 07 (sete), por dia, e a última data marcada estava prevista para 07/12/2017. Os motivos da remarcação das audiências não são cadastrados no Sistema.

Há divisão de tarefas entre os servidores da Secretaria, tendo sido observada organização, com pastas necessárias aos trabalhos desenvolvidos.

Os processos são cadastrados, com tramitação interna no Libra e o SEEU.

Observou-se a necessidade de capacitação dos servidores, objetivando maior eficácia nas rotinas da Secretaria, sobretudo considerando a implantação na Vara do SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado).

Não havia iniciais pendentes de registro e autuação, nem de conclusão, havendo 01 (uma) carta precatória pendente de despacho inicial.

Em que pese o Diretor de Secretaria tenha informado não haver petições intermediárias físicas pendentes de juntada, o Sistema Libra aponta a existência de 3.094 expedientes pendentes da referida providência.

Não havia intermediárias não remetidas à conclusão ou não despachadas.

O Diretor de Secretaria da unidade judiciária informou ainda inexistir autos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial há mais de 100 (cem) dias ou a menos de 100 (cem) dias.

Informou também que não haviam autos conclusos há mais de 100 (cem) dias ou menos de 100 (cem) dias em gabinete, contudo foram localizados 102 (cento e dois) processos físicos em gabinete. Ademais, em consulta ao Sistema Libra, verificou-se a existência de 09 (nove) processos conclusos há mais de 100 (cem) dias e 52 (cinquenta e dois) processos conclusos há menos de 100 (cem) dias

Dos processos conclusos fisicamente em gabinete, não havia medida de urgência pendente de apreciação.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE SANTARÉM**

Foram cadastrados 199 (cento e noventa e nove) mandados no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP).

Há um servidor responsável pelo Setor de Cálculos, o qual elabora cálculos de prescrição e de execução de pena, utilizando a calculadora do CNJ. O servidor relatou, durante a Correição, que havia 182 (cento e oitenta e dois) processos aguardando a elaboração de cálculos e 31 (trinta e um) aguardando cumprimento. Foi verificada, no referido setor, a existência de 305 (trezentos e cinco) processos referentes a presos foragidos, com mandado de prisão expedido, aguardando recaptura.

Não foi recebido treinamento para área de cálculos e um dos problemas enfrentados, se refere à falta de documentos, o que dificulta os cálculos.

Há um servidor responsável pela Central de Medidas e Penas Alternativas (CEMPA), responsável pela fiscalização e acompanhamento das penas alternativas e substituição de penas privativas de liberdade por restritivas de direitos. Procedo o controle da suspensão condicional do processo e da suspensão condicional da pena, possuindo, aproximadamente 1.200 (mil e duzentos) processos em tramitação. Há valor em subconta no total de 34.211,77.

A VEP conta com equipe técnica, formada por uma psicóloga, uma assistente social e uma pedagoga, todas do quadro do TJPA, as quais realizam estudo de casos, inclusive, para as Varas de Família da Comarca, atendem egressos do Sistema Penal, acompanham trabalho externo dos apenados em regime semiaberto. A equipe é reduzida para a demanda, que envolve também realização de estudo social para Varas de Família de outras comarcas da Região.

Encontram-se atualizadas, no Cadastro Nacional de Inspeções nos estabelecimentos penais, informações sobre inspeções no Centro de Recuperação Agrícola Sílvia Hall de Moura, no período de janeiro a dezembro de 2015, de janeiro a dezembro de 2016 e de janeiro a junho de 2017, bem como no Centro de Triagem de Santarém, nos mesmos períodos.

Havia 44 (quarenta e quatro) audiências de custódia cadastradas no SISTAC, a última datada de 24/07/2017.

Com relação aos bens apreendidos, havia 86 (oitenta e seis) cadastrados no Cadastro Nacional de Bens Apreendidos do CNJ e somente 02 (dois) no Sistema Libra.

Quanto ao Sistema Nacional de Controle de interceptações, no ano de 2015, não havia nenhuma informação cadastrada, havendo, em 2016, somente 01(um) no mês de dezembro, e em 2017, foram cadastradas informações de janeiro a junho de 2017.

As audiências são cadastradas e acompanhadas no Sistema e a última data de audiência estava designada para 07/12/2017, as quais são realizadas, em regra, às terças, quartas e quintas, ocorrendo em média 09 (nove) por dia.

Estavam pendentes 29 (vinte e nove) processos para baixa/arquivamento, em virtude de o Diretor de Secretaria estar aguardando senha para o sistema de Informática da Justiça Eleitoral (INFODIP).

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra e não há controle de prazo acerca da devolução dos mencionados expedientes, o qual só é observado por ocasião da realização de audiência, ou quando do manuseio dos autos, sendo a cobrança efetuada junto à Central de Mandados.

Em consulta a retro mencionada plataforma processual, verificou-se a existência de 78 (setenta e oito) mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias.

Havia 22 (vinte e duas) cartas precatórias em tramitação, sendo que a mais antiga datava de 19/07/2007 (autos nº 0005575-09.2007.814.0051), para acompanhamento de execução de pena, oriunda de Belém. Não foram identificadas cartas precatórias expedidas, pendentes de resposta.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE SANTARÉM**



De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa de congestionamento da VEP de Santarém é de 69,95%, sendo que, em 2016, a taxa de congestionamento se encontrava 50,62%.

O controle de processos em carga com prazo extrapolado é realizado através do Sistema Libra, mediante relatório de tramitação externa, sendo solicitada a sua devolução através da expedição de ofício ao MP, à Defensoria Pública e a advogados. Havia 113 (cento e treze) processos com carga em aberto ao Ministério Público, desde 22/03/2017, 78 (setenta e oito) com a Defensoria Pública, desde 31/03/2017 e 03 (três) com advogados, desde 23/06/2017.

Constatou-se a existência de 208 processos arquivados com apensos não arquivados e 08 feitos arquivados com apensos em outra situação, além da existência de 8.541 tramitações a receber e 1.419 processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias.

Há Conselho da Comunidade instalado na Comarca, contudo o mesmo não funciona de forma efetiva, tendo se dissolvido em razão de constituir-se em um trabalho voluntário.

Havia 816 (oitocentos e dezesseis) presos condenados, entre homens e mulheres.

Foi identificado o valor de R\$ 34.211,77, referente à Central de Medidas e Penas Alternativas. Desde outubro de 2016, os valores oriundos de substituição de pena e de pena alternativa são depositados judicialmente em subconta específica, destinada para tal fim. Os valores são destinados, até o limite de R\$10.000,00 para instituições previamente cadastradas e que apresentarem projetos sociais, como, por exemplo, APAE, Pastoral Carcerária, Instituição Irmã Dulce, etc., e a liberação ocorre após aprovação.

São credenciadas instituições para o cumprimento de penas de prestação de serviço, desde que sejam públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Havia depósito judicial sem movimentação há mais de três anos.

Os autos de carta precatória nº 0052273-03.2015.8.14.0086, com a finalidade de continuidade da execução de penas impostas ao apenado, foram solicitados ao Juízo de Macapá/AP, em 13/11/2015, para unificação das penas, encontrando-se paralisado o feito, desde então, aguardando o cumprimento do ofício expedido em 27/11/2015, ao Juízo da Comarca de Macapá/AP, pendente a cobrança de resposta. Na carta precatória nº 0005599-04.2017.8.14.0051, está pendente despacho inicial, para cumprimento. Finalidade: intimação e acompanhamento da execução da pena restritiva de direito imposta ao apenado. Precatória oriunda de Boa Vista/RR, distribuída em 06/04/2017.

Levando em consideração o total de processos que tramitam na Vara de Execução e o fato da mesma possuir 06 (seis) analistas e 01 (um) auxiliar, bem como considerando a realidade das unidades que compõem o poder judiciário, observou-se que a Vara de Execução está privilegiada de servidores em relação as demais.

Em que pese a constatação da referida circunstância, o Diretor de Secretaria da Vara ressaltou a necessidade de ampliação do quadro funcional, com lotação de outros servidores, para evitar que a CEMPA e o setor de cálculo fiquem desfalcados, sobretudo, em razão da necessidade de digitalização dos processos físicos, para cadastramento no SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), pois tem sido inviável realizar essa tarefa durante o expediente normal de trabalho. Informou ter solicitado tempo integral aos servidores da Secretaria, para a execução desse trabalho, no entanto, o pleito foi indeferido. Foram cadastradas 216 (duzentas e dezesseis) guias de apenados presos, no Sistema SEEU.

\* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos de execução penal, por amostragem e de cartas precatórias, relatórios extraídos do Portal de Metas e do Libra; gráficos do Banco de dados do TJPA.

**RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE SANTARÉM**

- 1 - Utilizar ferramenta de controle de prazo de cumprimento de cartas precatórias, informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 2 - Verificar e providenciar, diariamente, resenha para publicação das decisões do Magistrado;
- 3 - Cadastrar os bens apreendidos, tanto no Sistema Libra, quanto no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do CNJ, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 4 - Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, através da utilização de ferramenta de controle no Sistema, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, com cobrança imediata de devolução dos que se encontravam com carga em aberto desde junho, julho e dezembro de 2011, desde 2012 e 2013, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 5 - Dar andamento, por ato ordinatório, à carta precatória nº 0052273-03.2015.8.14.0086, com a finalidade de continuidade da execução de penas impostas ao apenado, cobrando resposta ao ofício encaminhado em 27/11/2015, ao Juízo da Comarca de Macapá/AP;
- 6 - Verificar, junto ao Magistrado, a destinação dos valores depositados em subconta;
- 7 - Agilizar a obtenção de senha para acesso ao sistema de Informática da Justiça Eleitoral (INFODIP) e proceder ao arquivamento dos 29 processos pendentes dessa providência.
- 8 - Providenciar a associação no Sistema Libra das 3.094 petições pendentes da referida providência.
- 9 - Receber, no Sistema, as tramitações pendentes (total de 8.541), informando a esta Corregedoria de Justiça o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 10 - Dar andamento aos 1.419 processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias;
- 11 - Verificar a situação dos processos arquivados com apensos em outra situação e dos processos não arquivados com apensos arquivados, através do relatório emitido pelo Sistema, para evitar taxa irreal de congestionamento, no seguinte caminho do Libra: Movimentação – Relatório de Gerenciamento da Vara, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência.

**RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:**

- 1 – Atualizar as informações no Cadastro de controle de interceptação, nos anos de 2015 e 2016, ainda que não tenha pedido de interceptação nos períodos correspondentes;
- 2 – Despachar/sentenciar os processos conclusos há mais de 100 (cem) dias;
- 3 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria, consistente em cadastrar bens apreendidos, tanto no Sistema Libra quanto no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do CNJ, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 4 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a utilização de ferramenta de controle no Sistema, pelo Diretor de Secretaria, para cobrança de devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, com cobrança imediata de devolução dos que se encontravam com carga em aberto desde junho, julho e dezembro de 2011, desde 2012 e 2013, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 5 – Despachar a carta precatória nº 0005599-04.2017.8.14.0051, oriunda de Boa Vista/RR, distribuída em 06/04/2017, que se encontra pendente de despacho inicial, e tem por finalidade a intimação e o acompanhamento da execução da pena restritiva de direito imposta a apenado.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA  
DE SANTARÉM



**PROVIDÊNCIAS PELA CJCI:**

1 – Expedição de ofício à Presidência do TJPA:

1.1 – solicitando a realização de cursos, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, de ensino à distância (*on line*), para treinamento no uso do SEEU, ou através da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal;

1.2 – solicitando a verificação, junto à Secretaria de Gestão, sobre a possibilidade de lotação/nomeação de servidores (analistas e auxiliares) na Vara ou, na impossibilidade, de verificação, junto à Secretaria de Planejamento, de pagamento de tempo integral para os servidores da Secretaria da Vara, por determinado período, para atualização do SEEU.



# RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VARA AGRÁRIA



---

**Relatório de Competência por Comarca**

---

Comarca: SANTARÉM

Vara: VARA AGRARIA DE SANTAREM  
FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE

JUIZ RESPONDENDO

**Competências**

AGRARIA - FEITOS CRIMINAIS

AGRARIA - FEITOS CIVEIS



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: SANTARÉM
EDITAL Nº 04/2017
PERÍODO: 31/07/2017 A 04/08/2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b>
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Vara Agrária
1.2 COMPETÊNCIA: Cível (questões agrárias)
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Flávio Oliveira Lauande (Substituto)
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: desde 01/06/2017.
<b>2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: 01 (uma) sala para o gabinete; 01 (uma) sala para a secretaria.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: ( x ) Boas            ( ) Regulares            ( ) Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: ( x ) Boas            ( ) Regulares            ( ) Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: ( x ) Bom            ( ) Regular            ( ) Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: ( ) Boa            ( ) Regular            ( ) Ruim Justificar: Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE SANTARÉM

**2.8 ACESSIBILIDADE:**

( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim

Justificar:

Prejudicado

**2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:**

( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim

Justificar:

Prejudicado

**3. MAGISTRADOS**

**3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:**

Dr. Flávio Oliveira Lauande – desde 01/06/2017

**3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:**

Não

**3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:**

Não houve

**3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:**

Respondendo pela 1ª Vara Criminal durante as férias do Dr. Romulo Brito.

**3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES**

Relacionar e descrever:

Não

**3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:**

Relacionar e descrever:

Não

**3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:**

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01. Rafael Grehs	26/10/2010	28/03/2012
02 André Luiz Filo-Creão G da Fonseca	29/03/2012	27/10/2016
03 Karise Assad	27/10/2016	01/06/2017
04 Flávio Oliveira Lauande	01/06/2017	-

**4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):**

**4.1 GABINETE:**

Nome: João Paulo Sousa Dos Santos

Cargo: Assessor do Juízo

Ato de nomeação: Portaria nº 1428/2017-GP

**4.2 SECRETARIA:**

Nome: Adalcides Vasconcelos Marinho

Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária (Diretor de Secretaria)

Ato de nomeação: Portaria nº. 1521/2004-GP



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE SANTARÉM



Nome: Antônia Lima dos Santos Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária Ato de nomeação: Portaria nº 1.847/2012-GP
<b>5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA</b>
<b>5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Dra. Ione Missae da Silva Nakamura - desde 01/05/2013
<b>5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Titular
<b>5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> Não
<b>5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Dr. Matusalém Carneiro Bernardo - desde 16/04/2013
<b>5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Titular
<b>5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> Sim
<b>6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL</b>
<b>6.1 VEÍCULOS</b> Prejudicado
<b>6.1.1 FROTA:</b> Prejudicado
<b>6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>6.2 INFORMÁTICA (QUANTIDADE):</b> Computador: 04 Scanner: 03 Impressora: 03
<b>6.2.1 ACESSO À INTERNET:</b> ( X ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim Justificar: Não tem problemas de acesso.
<b>6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 06</b> Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Sim, satisfaz as necessidades da Vara
<b>6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA</b>
<b>6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): agrariasantarem@tjpa.jus.br</b> Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Adelcides Vasconcelos Marinho e Antônia Lima dos Santos.



Com que frequência? 02 (duas) vezes ao dia, durante o expediente, no fim e no início.

## 7. SECRETARIA JUDICIAL

### 7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

( X ) Bom                      ( ) Regular                      ( ) Ruim

Justificar:

### 7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

( X ) Sim                      ( ) Não

Justificar:

### 7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

( X ) Sim                      ( ) Não

Justificar:

### 7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

( X ) Sim                      ( ) Não

Justificar:

### 7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

( ) Sim                      ( X ) Não

Justificar: Os servidores desta Vara já estão realizando aperfeiçoamento através da Escola da Magistratura – Matriculados no Curso de Direito Agrário, Ambiental, Minerário e Registral.

### 7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

( X ) Sim                      ( ) Não

Justificar: Como forma de acompanhamento e controle

### 7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

( ) Sim                      ( X ) Não

Justificar: Todos os processos, após serem finalizados são acompanhados para posterior baixa.

### 7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Sempre que há despacho/decisões/sentenças para publicação. Não há um dia específico para a elaboração de resenha.

## 8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

### 8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

Observação: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo

#### TOTAL GERAL 2015:

Despacho: 192

Decisão Interlocutória: 118

Sentença: 18

Audiência: 05



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE SANTARÉM



<b>TOTAL GERAL 2016:</b> Despacho: 217 Decisão Interlocutória: 78 Sentença: 26 Audiência: 10	
<b>TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição):</b> Despacho: 101 Decisão Interlocutória: 53 Sentença: 05 Audiência: 18	
<b>8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA</b> Observação: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo	<b>QUANTIDADE</b>
<b>CIVEIS</b>	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	08
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	11
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	01
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	25
<b>CRIMINAIS</b>	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE SANTARÉM

EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-	
CARTAS PRECATÓRIAS		
PRECATÓRIAS CÍVEIS	00	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	-	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-	
TOTAL – CONTAGEM FÍSICA		
Feitos com Tramitação Externa	15	
Contagem Física + Tramitação externa	47	
ACERVO LIBRA	47 (acervo ativo)	
<b>9. INDICADORES GERAIS</b>		
<b>9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:</b> ( X ) Sim      ( ) Não Justificar: Como forma de viabilizar uma prestação jurisdicional mais célere.		
<b>9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)</b> Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho do presente ano.		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	15	15 (META NÃO CUMPRIDA)
2016	16	22 (META CUMPRIDA)
2017	07	05 (META NÃO CUMPRIDA)
<b>9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:</b> ( ) Sim      ( X ) Não Justificar: Tendo em vista a quantidade de processos em tramitação, não se faz necessária a identificação das prioridades legais/Metas, pois são somente 47 processos em tramitação.		
<b>9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:</b> ( 2 ) INICIAIS; ( 4 ) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ ( 1 ) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; ( 7 ) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: ( 3 ) IDOSO; ( - ) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; ( - ) AÇÕES DE ALIMENTOS; ( - ) RÉU PRESO; ( - ) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; ( - ) ALVARÁ DE SOLTURA; ( 5 ) POR ORDEM CRONOLÓGICA ( 6 ) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;		



<b>( - ) OUTRO</b>		
<b>OBSERVAÇÕES:</b>		
<b>9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ</b>		
<b>SISTEMAS</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	Prejudicado	Prejudicado
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	Prejudicado	Prejudicado
BACENJUD	Prejudicado	Prejudicado
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prejudicado	Prejudicado
INFOJUD	Prejudicado	Prejudicado
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	Prejudicado	Prejudicado
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	Prejudicado	Prejudicado
INFOSEG	Prejudicado	Prejudicado
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	Prejudicado	Prejudicado
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	Prejudicado	Prejudicado
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	Prejudicado	Prejudicado
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	Prejudicado	Prejudicado
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	Prejudicado	Prejudicado
<b>9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?</b>		
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Justificar: Prejudicado		
<b>10. INDICADORES CÍVEIS</b>		
<b>10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):</b>		
Observações CICI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho do presente ano.		
Acervo da meta: 32 Alvo: 26 Julgados: 24 Grau de cumprimento: 93,75% Necessidade de julgamento: 02		
<b><u>META NÃO CUMPRIDA</u></b>		
<b>10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:</b>		
Prejudicado		



**10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014): 11**

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho do presente ano.

Acervo da meta: 01

Alvo: 01

Julgados: 01

Grau de cumprimento: 166,67%

**META CUMPRIDA**

**10.4 PENDÊNCIAS DE JUSTIFICATIVA DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:**

Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga: 00. Não há nenhum pedido de liminar a ser apreciado pelo Juízo. No caso de pedido de liminar o juiz antes de concedê-la procede requerendo a manifestação de INCRA, ITERPA, Programa Terra Legal e União/AGU, quando um desses manifesta interesse, os autos são deslocados para a Justiça Federal, então quando não há interesse o juiz determina audiência de justificação antes de concedê-la.

**11. INDICADORES CRIMINAIS**

**11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):**

Prejudicado

**11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:**

Prejudicado

**11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:**

Prejudicado

**11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:**

( ) Sim ( ) Não

Justificar:

Prejudicado

**11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:**

( ) Sim ( ) Não

Justificar:

Prejudicado

**11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?**

( ) Sim ( ) Não

Justificar:

Prejudicado

**11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO):**

Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012:

Prejudicado

**11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:**

Prejudicado

**12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE**

**12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:**



Prejudicado
<b>12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:</b> Prejudicado
<b>12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:</b> Prejudicado
<b>12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:</b> Prejudicado
<b>12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Prejudicado
<b>12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?</b> Prejudicado
<b>12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Prejudicado
<b>13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL</b>
<b>13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?</b> Prejudicado
<b>13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE SANTARÉM

Prejudicado
<b>13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?</b> Prejudicado
<b>13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?</b> Prejudicado
<b>14 PRECATÓRIAS</b>
<b>14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EM TRAMITAÇÃO: 00</b>
<b>14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO:</b> Prejudicado
<b>14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 00</b>
<b>14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Primeiramente é feita a localização da Carta Precatória junto ao sistema LIBRA, posteriormente caso o andamento da mesma esteja prejudicado é feita a cobrança via e-mail, telefone ou malote digital.
<b>15 INQUÉRITOS POLICIAIS</b>
<b>15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b> Prejudicado
<b>15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b> Prejudicado
<b>15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS:</b> Prejudicado
<b>16 PETIÇÕES:</b>
<b>16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00</b>
<b>16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00</b>
<b>16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00</b>
<b>16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 00</b>  Observação CJCI: Existem 28 petições pendentes de juntada no Sistema Libra.
<b>16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00</b>
<b>16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 00</b>
<b>17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA</b>
<b>17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS:</b> 00
<b>17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS:</b> 00



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE SANTARÉM



17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 06		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Mário Antônio Gonçalves de Carvalho (2012.00082564-11)	01	24/01/2012
Efigênio Pereira Reis Junior (2017.01265635-74)	01	01/06/2017
Nilton Silva Vinhote (2017.02664304-93)	01	31/07/2017
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Verificado que o prazo foi extrapolado a cobrança é feita na pessoa do coordenador da Central de Mandado e, por telefone direito com o Oficial de Justiça responsável. No caso acima, o Oficial de Justiça encarregado de cumprimento do mandado se encontrava de férias com retorno previsto para 01.08.2017.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	07	07/06/2017
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	01	20/06/2017
17.7.3 ADVOGADO/AGU/INCRA/PGE	08	12/07/2017
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O Controle é feito através do sistema LIBRA e, a cobrança é feita por telefone ou e-mail.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
PREJUDICADO		



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE SANTARÉM**

**18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?**

( ) Sim ( ) Não

Justificar:

Prejudicado

**18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?**

( ) Sim ( ) Não

Justificar:

Prejudicado

**19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

**19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?**

( ) Sim ( X ) Não

Observação: Só existe um valor bloqueado Bacejud mas somente o Juiz tem acesso, razão por não saber explicitar o valor do bloqueio. O processo é 0011523-30. 2016.814.0051.

**19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar: Tendo em vista a necessidade de realização do levantamento somente pelo sistema bancário.

**19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?**

( ) Sim ( X ) Não

Justificar:

**19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?**

( ) Sim ( ) Não

Prejudicado

**19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar: Como forma de controle e cobrança

**19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar: Através da expedição de atos ordinários, envio de e-mail ou mesmo através de carta de intimação.

**20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:**

Esta Secretaria, neste ato informa não possuir considerações finais a relatar, pois o ambiente de trabalho é bom, a infraestrutura presente proporciona o desenvolvimento dos trabalhos de forma regular. Por fim, salientamos somente o aspecto logístico, pois esta Vara possui competência territorial sobre diversas comarcas e, no deslocamento para a realização de audiências/inspeções, nem sempre é fácil obter a compreensão dos órgãos administrativos deste Tribunal.

**21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:**



Trata-se de unidade jurisdicional organizada com servidores eficientes e processos modernos. Não vislumbro problemas internos de tramitação, estando a vara perfeitamente adequada às suas necessidades. Os problemas que dificultam a celeridade não são afetos aos órgãos de Justiça, mas a órgãos externos como o INCRA e ITERPA. Nada mais a relatar.

## 22. CORREGEDORIA DO INTERIOR

A Vara Agrária de Santarém possui competência para feitos cíveis em matéria agrária.

A Vara se encontra sem Juiz titular, e se encontra respondendo o Dr. Flávio Oliveira Lauande, Juiz substituto, desde 01/06/2017.

O Juizado Especial criminal do Meio Ambiente é adjunto, e fica vinculado à jurisdição da Vara.

De acordo com a contagem física mais feitos com tramitação externa, há 47 (quarenta e sete) processos em tramitação na Vara, número coincidente com o acervo ativo constante do Sistema Libra, a maioria referente a ações coletivas, envolvendo Sindicatos, comunidades, AGU, PGE, INCRA e ITERPA.

A resenha para publicação é conferida sempre que há ato judicial a publicar (despachos/decisões/sentenças).

A Secretaria da Vara é organizada, tramitando os feitos por fase processual.

Com relação à Meta 1 do CNJ, em 2015, o número de ações distribuídas foi igual ao número de ações julgadas, tendo sido cumprida a Meta no ano de 2016. Até a data da Correição, não havia sido alcançado grau de cumprimento em 2017.

Segundo os dados da Coordenadoria de Controle de Planejamento a meta 2 do Conselho Nacional de Justiça não foi cumprida, havendo necessidade de julgamento de 02 (dois) processos para alcançar a sua integralidade.

A Meta 6 do CNJ foi cumprida pela Vara.

Não havia processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Secretaria por falta de cumprimento de ato judicial, nem há menos de 100 (cem) dias. Não havia processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, tendo sido identificados 06 (seis) processos conclusos há menos de 100 (cem) dias.

Não havia iniciais pendentes de registro, autuação, conclusão ou despacho, ou petições intermediárias não remetidas à conclusão ou não despachadas.

Em que pese a ausência de localização de petições físicas na unidade judiciária, o Sistema Libra indicou a existência de 28 (vinte e oito) expedientes pendentes de juntada.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra e o controle também é feito pelo Sistema. A cobrança de devolução de mandados com prazo extrapolado é feita na pessoa do Coordenador da Central de Mandados e também através de contato telefônico com o Oficial de Justiça incumbido da diligência. De acordo com o Sistema Libra, existiam 03 (três) mandados com carga em aberto para Oficial de Justiça, datando o mais antigo de 24/01/2012.

Não havia cartas precatórias em tramitação, nem cartas precatórias expedidas pendentes de resposta/devolução. A cobrança de precatórias expedidas e não devolvidas é feita através de telefone, e-mail e malote digital.

Para os depósitos judiciais, é aberta subconta, havendo valor bloqueado através do Bacenjud (processo nº 0011523-30.2016.814.0051), não havendo processo com depósito judicial sem movimentação há mais de 03 (três) anos. De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE SANTARÉM**

de congestionamento da Vara Agrária de Marabá se encontra em 85,14%, sendo que em 2016, a taxa de congestionamento se encontrava 65,17%.

O controle de prazo de cargas de processos é feito através do Sistema Libra, e a cobrança de devolução é realizada por telefone ou e-mail. Havia 07 (sete) processos com carga mais antiga ao Ministério Público, desde 07/06/2017, 01 (um) com carga à Defensoria Pública, desde 20/06/2017 e 08 (oito) com carga em aberto mais antiga para advogado datada de 12/07/2017.

Não há bens apreendidos.

Observou-se a existência de 01 (um) processo arquivado com apenso em outra situação e 04 (quatro) processos arquivados com apensos arquivados.

\* Seguem, em anexo, análise processual, por amostragem, de processos diversos e de ações fundiárias, relatório extraído do Portal de Metas, gráficos do Banco de Dados da Secretaria de Informática do TJPA.

**RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:**

1 – Encaminhar conclusos os processos nº 0003760-21.2005.814.0107 (ação de interdito proibitório) e nº 0010075-55.2009.814.0051 (ação de reintegração de posse), pendentes de conclusão, conforme análise processual na planilha, em anexo;

2 – Cumprir as diligências necessárias no processo nº 0001467-96.2011.814.0051 (ação de reintegração de posse), que se encontra com decisão de declinação de competência ao Juízo da Justiça Federal, Subseção de Santarém, desde 07/02/2013 e imprimir celeridade aos processos nº 0006019-14.2014.814.0051 (ação de usucapião) e nº 0002313-91.2002.814.0051 (ação de interdito proibitório), informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas para o cumprimento;

3 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes da Meta 2;

4 – Dar baixa no Sistema dos processos concluídos, que não estão mais em tramitação, para evitar taxa irreal de congestionamento, devendo ser informado a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, o cumprimento da diligência;

5 – Certificar o levantamento e a cobrança de custas finais nos processos, antes de encaminhá-los conclusos para sentença, certificando os que aguardam a providência, com posterior encaminhamento para inscrição em dívida ativa, devendo ser informada a esta Corregedoria de Justiça a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias.

6 – Efetuar a cobrança do mandado de nº 2012.00082564-11 que se encontra com carga em aberto no Sistema Libra ao Oficial de Justiça desde 24/01/2012.

**RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:**

1 – Agilizar o andamento e a conclusão dos processos remanescentes da Meta 2 do CNJ;

2 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria, consistente em encaminhar conclusos os processos pendentes de conclusão, sendo vedada a preconclusão pelo CNJ.

Santarém, 01/08/2017.

RELATÓRIO DE  
CORREIÇÃO NO  
JUIZADO  
ESPECIAL  
CRIMINAL  
AMBIENTAL



---

**Relatório de Competência por Comarca**

---

**Comarca: SANTARÉM**

**Vara: JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE SANTAREM  
FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE**

**JUIZ RESPONDENDO**

**Competências**

JUIZADO CRIMINAL AMBIENTAL





RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: SANTARÉM
EDITAL Nº 04/2017
PERÍODO: 31/07/2017 a 04/08/2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b>
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente
1.2 COMPETÊNCIA: Criminal (Crimes ambientais de menor potencial ofensivo)
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Flávio Oliveira Lauande
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: desde 01/06/2017
<b>2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>
2.1 ENDEREÇO: Av Mendonça Furtado, S/Nº, Bairro: Liderdade
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Ocupa o mesmo espaço físico da Vara Agrária.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: ( x ) Boas            ( ) Regulares            ( ) Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: ( x ) Boas            ( ) Regulares            ( ) Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: ( x ) Bom            ( ) Regular            ( ) Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: ( ) Boa            ( ) Regular            ( ) Ruim Justificar: Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JECRIM DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA  
DE SANTARÉM

<b>2.8 ACESSIBILIDADE:</b> ( ) Boa                    ( ) Regular                    ( ) Ruim Justificar: Prejudicado		
<b>2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:</b> ( ) Boa                    ( ) Regular                    ( ) Ruim Justificar: Prejudicado		
<b>3. MAGISTRADOS</b>		
<b>3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Dr. Flávio Oliveira Lauande – desde 01/06/2017		
<b>3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Não houve		
<b>3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:</b> Não houve		
<b>3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:</b> Sim, com a 2ª Vara Criminal		
<b>3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES</b> Relacionar e descrever: Não.		
<b>3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:</b> Relacionar e descrever: Não		
<b>3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:</b>		
<b>JUIZ</b>	<b>ENTRADA</b>	<b>SAÍDA</b>
01. Rafael Grehs	26/10/2010	28/03/2012
02 André Luiz Filo-Creão G da Fonseca	29/03/2012	27/10/2016
03 Karise Assad	27/10/2016	01/06/2017
04 Flávio Oliveira Lauande	01/06/2017	-
<b>4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):</b>		
<b>4.1 GABINETE:</b>  Nome: João Paulo Sousa dos Santos Cargo: Assessor do Juízo Ato de nomeação: Portaria nº 1428/2017-GP		
<b>4.2 SECRETARIA:</b>  Nome: Adalcides Vasconcelos Marinho Cargo: Diretor de Secretaria Ato de nomeação: Portaria nº 1521/2004-GP		



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JECRIM DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA  
DE SANTARÉM



Nome: Antônia Lima dos Santos Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária Ato de nomeação: Portaria nº. 1847/2012-GP
<b>5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA</b>
<b>5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Dr. Paulo Arias Carvalho Cruz - desde 01/09/2013
<b>5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Titular
<b>5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> Não
<b>5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO</b> Não há a designação de Defensor Público específico.
<b>5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Prejudicado
<b>5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> Prejudicado
<b>6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL</b>
<b>6.1 VEÍCULOS</b> Prejudicado
<b>6.1.1 FROTA:</b> Prejudicado
<b>6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>6.2 INFORMÁTICA (QUANTIDADE):</b> Computador: 04 Scanner: 03 Impressora: 03
<b>6.2.1 ACESSO Á INTERNET:</b> ( X ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim Justificar:
<b>6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):</b> 06 Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Sim, por atender as necessidades da Vara
<b>6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS:</b> LIBRA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JECRIM DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA  
DE SANTARÉM

**6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail):** jeambientesantarem@tjpa.jus.br  
Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Adalcides Vasconcelos Marinho e Antônia Lima dos Santos  
Com que frequência? 02 (duas) vezes ao dia, durante o expediente

## 7. SECRETARIA JUDICIAL

### 7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

( X ) Bom                      ( ) Regular                      ( ) Ruim

Justificar:

### 7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

( X ) Sim                      ( ) Não

Justificar:

### 7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

( X ) Sim                      ( ) Não

Justificar:

### 7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

( X ) Sim                      ( ) Não

Justificar:

### 7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

( ) Sim                      ( X ) Não

Justificar: Os servidores já estão realizando aperfeiçoamento através da Escola da Magistratura.

### 7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

( X ) Sim                      ( ) Não

Justificar:

### 7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

( ) Sim                      ( X ) Não

Justificar: Todos os processos, após serem finalizados são acompanhados para posterior baixa.

### 7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Sempre que há despacho/decisões/sentenças para publicação.

## 8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL

### 8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA

Observação CJCI: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo

#### TOTAL GERAL 2015:

Despacho: 380

Decisão Interlocutória: 91

Sentença: 164



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JECRIM DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA  
DE SANTARÉM



Audiência: 155	
<b>TOTAL GERAL 2016:</b> Despacho: 397 Decisão Interlocutória: 36 Sentença: 166 Audiência: 145	
<b>TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição):</b> Despacho: 119 Decisão Interlocutória: 09 Sentença: 61 Audiência: 34	
<b>8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA</b> Observação CICI: Informação prestada pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo.	<b>QUANTIDADE</b>
<b>CIVEIS</b>	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
<b>CRIMINAIS</b>	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	01
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	01
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
(AUTOS DE INFRAÇÃO CRIMINAL)	86
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	84
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JECRIM DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA  
DE SANTARÉM

GUARDA	-	
ADOÇÃO	-	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-	
<b>CARTAS PRECATÓRIAS</b>		
PRECATÓRIAS CÍVEIS	-	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	-	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-	
<b>TOTAL – CONTAGEM FÍSICA</b>	86	
Feitos com Tramitação Externa	01 (MP)	
Contagem Física + Tramitação externa	87	
<b>ACERVO LIBRA</b>	78 (acervo ativo)	
Observação: a Diferença entre o Libra (78) e a quantidade física ocorre porque existem 12 processos com suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9099/95) que não aparecem na listagem do LIBRA.		
<b>9. INDICADORES GERAIS</b>		
<b>9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:</b> ( X ) Sim            ( ) Não Justificar:		
<b>9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)</b> Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho de 2017.		
<b>ANO</b>	<b>AÇÕES DISTRIBUÍDAS</b>	<b>AÇÕES JULGADAS</b>
2015	66	70
2016	74	142
2017	00	30
<b>9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:</b> ( X ) Sim            ( ) Não Justificar: Utiliza a fita gomada para identificar os processos de suspensão condicional e transação penal.		
<b>9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:</b> ( 2 ) INICIAIS; ( 4 ) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ ( 1 ) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; ( 7 ) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: ( 3 ) IDOSO; ( ) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; ( ) AÇÕES DE ALIMENTOS; ( ) RÉU PRESO; ( ) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; ( ) ALVARÁ DE SOLTURA;		



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JECRIM DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA  
 DE SANTARÉM



( 5 ) POR ORDEM CRONOLÓGICA  
 ( 6 ) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;  
 ( ) OUTRO  
 OBSERVAÇÕES:

**9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ**

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	Prejudicado	Prejudicado
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	Prejudicado	Prejudicado
BACENJUD	Prejudicado	Prejudicado
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prejudicado	Prejudicado
INFOJUD	Prejudicado	Prejudicado
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	Prejudicado	Prejudicado
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	Prejudicado	Prejudicado
INFOSEG	Prejudicado	Prejudicado
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	Prejudicado	Prejudicado
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	Prejudicado	Prejudicado
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	Prejudicado	Prejudicado
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	Prejudicado	Prejudicado
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	Prejudicado	Prejudicado

**9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?**  
 ( ) Sim ( ) Não  
 Justificar:  
 Prejudicado

**10. INDICADORES CÍVEIS**

**10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):**  
 Prejudicado

**10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:**  
 Prejudicado

**10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014):**  
 Prejudicado

**10.4 PENDÊNCIAS APRECIACÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:**  
 Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JECRIM DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA  
DE SANTARÉM

<b>11. INDICADORES CRIMINAIS</b>
<b>11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):</b> Observação: Informação prestada pela Coordenadoria de Controle de Planejamento (resultado parcial até o mês de junho de 2017) Acervo da meta: 112 Julgados: 101 Grau de julgamento: 90,18% Pendentes de julgamento: 11  <b><u>META NÃO CUMPRIDA</u></b>
<b>11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:</b> Prejudicado
<b>11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:</b> Prejudicado
<b>11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO):</b> Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: Prejudicado
<b>11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:</b> Prejudicado
<b>12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>
<b>12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:</b> Prejudicado
<b>12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:</b> Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JECRIM DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA  
DE SANTARÉM



<b>12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:</b> Prejudicado
<b>12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:</b> Prejudicado
<b>12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Prejudicado
<b>12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?</b> Prejudicado
<b>12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Prejudicado
<b>13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL</b>
<b>13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JECRIM DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE SANTARÉM**

Prejudicado
<b>13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?</b> Prejudicado
<b>13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?</b> Prejudicado
<b>13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?</b> Prejudicado
<b>13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?</b> Prejudicado
<b>14 PRECATÓRIAS</b>
<b>14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO:</b> Prejudicado
<b>14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO RECEBIDAS : 06</b>
<b>14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 11; A mais antiga diz respeito a CP do Processo nº 00116-58.2015.8.14.0051: 09/03/2017</b>
<b>14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( X ) Sim            ( ) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Primeiramente é feita a localização da Carta Precatória junto ao sistema LIBRA, posteriormente caso o andamento da mesma esteja com prazo extrapolado do cumprimento prejudicado é feita a cobrança via e-mail, telefone ou malote digital.
<b>15 INQUÉRITOS POLICIAIS</b>
<b>15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b> Prejudicado
<b>15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b> Prejudicado
<b>15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS:</b> Prejudicado
<b>16 PETIÇÕES:</b>
<b>16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00</b>
<b>16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 08</b>
<b>16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 08</b>
<b>16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 00</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JECRIM DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA  
DE SANTARÉM



Observação CJCI: No Sistema Libra constam 06 (seis) petições pendentes de juntada.		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 00		
<b>17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA</b>		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 00		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 00		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 08		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 00		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Moisés Oliveira Duarte	01	26/06/2017
Solange Siqueira da Penha Tanaka	05	26/06/2017
Nerivaldo César Mota da Silva	01	26/06/2017
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? ( X ) Sim ( ) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Verificado que o prazo foi extrapolado a cobrança é feita na pessoa do coordenador da Central de Mandados e, por telefone direito com o Oficial de Justiça responsável.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	01	24/07/2017
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	00	-
17.7.3 ADVOGADO	00	-
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? ( X ) Sim ( ) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? A cobrança é feita através de contato telefônico, requerendo a devolução dos autos.		
<b>18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)</b>		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? ( ) Sim ( ) Não Justificar:		



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JECRIM DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA  
DE SANTARÉM

Prejudicado		
<b>18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado		
<b>18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado		
<b>18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:</b>		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
PREJUDICADO		
<b>18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado		
<b>18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado		
<b>19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS</b>		
<b>19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?</b> ( ) Sim ( X ) Não		
<b>19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar:		
<b>19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar:		
<b>19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?</b> ( ) Sim ( ) Não Prejudicado		
<b>19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar: Como forma de controle e cobrança, no caso de descumprimento de transação penal ou condenação com trânsito em julgado, nos termos da nova lei de custas do TJE.		



19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

( ) Sim ( ) Não

Justificar:  
Prejudicado

## 20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

Sem considerações.

## 21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Trata-se de Unidade jurisdicional organizada, com servidores eficientes e processos modernos. Não vislumbro problemas internos de tramitação estando a vara perfeitamente adequada às suas necessidades. Nada mais a relatar.

## 22. CORREGEDORIA DO INTERIOR

O Juizado Especial Criminal Ambiental de Santarém é Adjunto (Vara Agrária) e tem como competência crimes ambientais de menor potencial ofensivo.

O Juiz Flávio Oliveira Lauande, substituto, se encontra respondendo pelo Juizado, desde 01/06/2017.

De acordo com a contagem física mais feitos com tramitação externa, há 87 (oitenta e sete) processos em tramitação, constando do Sistema Libra número inferior (78), discrepância que precisa ser sanada.

A resenha para publicação é feita sempre que há despachos, decisões ou sentenças.

A Secretaria é a mesma da Vara Agrária, sendo organizada, com as pastas necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos e tramitando os feitos por fase processual. Os processos são tramitados internamente no Sistema Libra e organizados/acondicionados em escaninhos por fase processual, em armários, visando a sua rápida localização.

Com relação à Meta 1 do CNJ, foi cumprida nos anos de 2015 e 2016, tendo alcançado grau de cumprimento, em 2017, até a data da Correição.

A Meta 2 não foi cumprida, tendo alcançando o percentual de 90,18% do total que teria que ser alcançado, pendente o julgamento de 11 (onze) processos para cumprimento da referida Meta.

Não havia processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial há mais de 100 (cem) dias, nem há menos de 100 (cem) dias.

Não foram identificados processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, nem há menos de 100 (cem) dias, mas havia 08 (oito) processos (iniciais) pendentes de conclusão.

Não havia iniciais pendentes de registro, nem de autuação, mas existiam 08 (oito) pendentes de conclusão.

Não havia petições intermediárias não remetidas à conclusão, nem não despachadas.

Em que pese inexistirem petições físicas pendentes de juntada, o Sistema Libra apontou a existência de 06 (seis) pendentes de associação na referida plataforma processual.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JECRIM DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE SANTARÉM**

Havia 06 (seis) cartas precatórias em tramitação, que haviam sido recebidas e 11 (onze) expedidas, pendentes de resposta, sendo que a mais antiga foi expedida em 09/03/2017, e se referia ao processo nº 00116-58.2015.8.14.0051. O controle é realizado mediante localização no Sistema Libra, e a cobrança de devolução é feita via e-mail, telefone ou malote digital.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra, e a cobrança de devolução de mandados com prazo extrapolado, é realizada na pessoa do Coordenador da Central de Mandados e também, via contato telefônico, com o Oficial de Justiça responsável pelo cumprimento da diligência. De acordo com o Sistema Libra, havia mandados, com carga em aberto, desde 26/06/2017, no total de 07 (sete), com três oficiais de Justiça diferentes.

Não há depósitos judiciais vinculados a processos na unidade judiciária.

São juntados aos autos boleto e relatório do processo, para controle e cobrança, no caso de descumprimento de transações penais ou condenação com trânsito em julgado, nos termos da lei de custas do TJPA.

Havia 01 (um) processo com carga mais antiga, ao Ministério Público, datada de 24/07/2017, não constando nenhum processo com carga em aberto para a Defensoria Pública ou para advogado. O controle de prazo de carga em aberto é feito através do Sistema e a cobrança de devolução de autos é feita via contato telefônico.

Não há bens apreendidos.

De acordo com o Sistema Libra, existem 1.430 (um mil, quatrocentas e trinta) tramitações pendentes de recebimento e 16 (dezesesseis) processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias.

Verificada, durante análise processual, necessidade de conclusão, para andamento processual, dos processos nº 0016148-44.2015.8.14.0051; 0023080-48.2015.8.14.0051; 0103009-33.2015.8.14.0051; 0015473-57.2010.8.14.0051 e 0011116-58.2015.8.14.0051.

\* Seguem, em anexo, análise processual, por amostragem, de processos em tramitação no Juizado Especial Criminal Ambiental, gráficos do Banco de Dados da Secretaria de Informática do TJPA.

**RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:**

1 – Evitar a preconclusão, prática vedada pelo CNJ, devendo tramitar todos os processos aptos à conclusão para o gabinete, inclusive as 08 (oito) petições iniciais que se encontram pendentes de conclusão, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;

2 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes da Meta 2;

3 – Providenciar o cumprimento e a devolução ao Juízo de origem das cartas precatórias que se encontram pendentes e cobrar a devolução das cartas precatórias expedidas, como a extraída dos autos nº 00116-58.2015.8.14.0051, adotando ferramenta de controle de prazos, com comunicação à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;

4 – Verificar a incongruência de dados no Sistema Libra, com relação aos processos em tramitação, uma vez que consta o número de 87 (oitenta e sete) processos pela contagem física mais tramitação externa, mas no Libra há informação de acervo ativo de 78 (setenta e oito) processos, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;

5 – Encaminhar à conclusão os processos nº 0016148-44.2015.8.14.0051; 0023080-48.2015.8.14.0051; 0103009-33.2015.8.14.0051; 0015473-57.2010.8.14.0051 e 0011116-58.2015.8.14.0051.

6 – Receber, no Sistema Libra, as tramitações pendentes (total de 1.430), informando a esta Corregedoria de Justiça o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JECRIM DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA  
DE SANTARÉM



7- Dar andamento aos 16 (dezesesseis) feitos que se encontram sem movimentação há mais de 100 (cem) dias.

**RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:**

- 1 – Agilizar o andamento e a conclusão dos processos remanescentes da Meta 2 do CNJ;
- 2 – Cobrar da Secretaria a conclusão diária das petições iniciais e dos processos pendentes;
- 3 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria, consistente em adotar ferramenta de controle de prazo de cartas precatórias expedidas, ainda não devolvidas.

Santarém, 01/08/2017.



RELATÓRIO DE  
CORREIÇÃO NA  
VARA DA  
VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA E  
FAMILIAR



---

**Relatório de Competência por Comarca**

---

**Comarca: SANTARÉM**

**Vara: VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR - MULHER DE SANTAREM**

REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA

JUIZ RESPONDENDO

**Competências**

CRIMES CONTRA MULHER - JUIZO SINGULAR

CRIMES CONTRA MULHER



### RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

<b>COMARCA: SANTARÉM</b>
<b>EDITAL Nº 004/2017</b>
<b>PERÍODO: 31/07/2017 a 04/08/2017</b>
<b>CORREGEDORA: Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha</b>
<b>JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca</b>
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b>
<b>1.1 UNIDADE JUDICIAL:</b> Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
<b>1.2 COMPETÊNCIA:</b> Processar e julgar, privativamente, os feitos relacionados com a Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).
<b>1.3 MAGISTRADO (A):</b> A titular da Vara é a Juíza de Direito Carolina Cerqueira de Miranda Maia, mas quem responde atualmente é o Juiz Substituto Vilmar Durval Macedo Júnior.
<b>1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Juiz Substituto (Portaria n.º: 3462/2017-GP, de 13 de julho de 2017, publicada em 14/07/2017).
<b>1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Desde 11/07/2017 até hoje.
<b>2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>
<b>2.1 ENDEREÇO:</b> Av. Mendonça Furtado, s/n.º, bairro Liberdade, município de Santarém, CEP 68.040-050.
<b>2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:</b> Próprio.
<b>2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:</b> A Secretaria é composta de dois cômodos sem banheiro; o Gabinete é composto de quatro cômodos (gabinete do magistrado, sala da assessoria, sala de audiências e banheiro); a equipe multidisciplinar ocupa duas salas, uma para o serviço social composto de psicóloga e assistente social e outra para o consultório do médico.
<b>2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:</b> ( ) Boas                    ( ) Regulares                    ( X ) Ruins Justificar: O espaço da Secretaria é muito pequeno para um número grande de servidores e estagiários. A sala do serviço social também é muito pequena para realização de atendimentos, além disso não é exclusiva, dividindo o espaço com o depoimento especial. Na estação chuvosa aparecem goteiras. Os banheiros de uso comum precisam de reformas. Há forte fedor de mofo na Secretaria.
<b>2.5 LIMPEZA E HIGIENE:</b> ( X ) Boas                    ( ) Regulares                    ( ) Ruins Justificar:



**2.6 MOBILIÁRIO:**  
( ) Bom ( X ) Regular ( ) Ruim  
Justificar: Alguns armários precisam de pequenos reparos, pois algumas portas estão soltas e podem provocar acidentes.

**2.7 SEGURANÇA:**  
( X ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim  
Justificar:

**2.8 ACESSIBILIDADE:**  
( ) Boa ( X ) Regular ( ) Ruim  
Justificar: Há rampa e elevador para acesso ao andar superior, mas não há nenhum instrumento de acessibilidade no entorno do prédio. Na Secretaria, o espaço para atendimento é reduzido, o que dificulta o atendimento de portadores de necessidades especiais.

**2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:**  
( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim  
Justificar: Não se aplica.

### 3. MAGISTRADOS

**3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:**  
Dr. Vilmar Durval Macedo Júnior, em exercício desde 11/07/2017.

**3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:**  
Não

**3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:**  
Não houve.

**3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:**  
Sim, com a Vara Única da Comarca de Juruti.

**3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES**  
Relacionar e descrever: Grupo de Improbidade Administrativa.

**3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:**  
Relacionar e descrever: Uso de meios eletrônicos (mensagem de texto, e-mail, whatsapp) para intimação da vítima que previamente anuiu com esse método de intimação.

**3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:**

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 Vilmar Durval Macedo Júnior	11/07/2017	-
02 Karla Cristiane Sampaio Nunes	03/04/2017	10/07/2017
03 Célia Gadotti Bedin	22/11/2016	02/04/2017
04 Luísa Padoan	07/11/2016	21/11/2016
05 Mônica Miranda Gomes De Oliveira	25/04/2016	06/11/2016
06 Clemilton Salomão De Oliveira	17/06/2015	24/04/2016
07 Roberto Rodrigues Brito Júnior	21/01/2015	16/06/2015
08 Francisco Eduardo Girão Braga	18/12/2014	20/01/2015
09 Marcelo Góes de Vasconcelos	28/06/2013	16/06/2014
10 Geraldo Neves Leite	07/08/2013	03/06/2014



11 Josineide Gadelha Pamplona Medeiros	07/01/2013	11/01/2013
12 Paulo Pereira da Silva Evangelista	07/01/2013	31/01/2013
13 Rômulo Nogueira de Brito	25/01/2010	31/12/2012

#### 4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

##### 4.1 GABINETE:

Nome: Marli Couto de Camargo.  
Cargo: Assessora do Juiz.  
Ato de nomeação: Portaria n.º 0981/96-GP.  
Ato de lotação: Portaria n.º 0597/2012-GP.

Nome: Jonivaldo Sousa Sanches.  
Cargo: Analista Judiciário.  
Ato de nomeação: Portaria n.º 0109/2003.

Nome: Bianca Cristina Silva Macedo.  
Cargo: Estagiária.

##### 4.2 SECRETARIA:

Nome: Kátia Patrícia de Souza Aguiar.  
Cargo: Diretor de Secretaria

Nome: Marcos Eduardo Athias Rodrigues.  
Cargo: Analista Judiciário.  
Ato de nomeação: Portaria n.º 1592/2012-GP.

Nome: Paulo Henrique Barbosa Cardoso.  
Cargo: Auxiliar Judiciário.  
Ato de nomeação: Portaria n.º 2485/2009-GP.  
Ato de lotação: Portaria n.º 2607/2009-GP.

Nome: Elke Mara Fernandes da Cruz.  
Cargo: Auxiliar Judiciário.  
Ato de nomeação: Portaria n.º 2832/2010-GP.

##### 4.3. OUTROS SETORES:

Nome: Cláudia Lúcia Vasconcelos da Silva.  
Cargo: Analista Judiciário – Serviço Social.

Nome: José Ferreira Pereira.  
Cargo: Analista Judiciário – Medicina.

Nome: Raimunda Margarete Teixeira Muniz.  
Cargo: Analista Judiciário – Psicologia.

#### 5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

##### 5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dra. Luziana Barata Dantas.



<b>5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Promotora vinculada à Vara de Violência Doméstica.
<b>5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> Não.
<b>5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Dr. Daniel Archer.
<b>5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Defensor Público vinculado à Vara de Violência Doméstica.
<b>5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> Não.
<b>6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL</b>
<b>6.1 VEÍCULOS:</b> Não se aplica.
<b>6.1.1 FROTA:</b> Não se aplica.
<b>6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?</b> ( X ) Sim      ( ) Não Justificar:
<b>6.2 INFORMÁTICA (QUANTIDADE):</b> Computador: 16. Scanner: 03. Impressora: 06.
<b>6.2.1 ACESSO À INTERNET:</b> ( ) Bom      ( X ) Regular      ( ) Ruim Justificar: O sistema fica indisponível com frequência.
<b>6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 11</b> Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Não, falta um ponto de rede no gabinete.
<b>6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS:</b> Sistema Libra.
<b>6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail):</b> mulhersantarem@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Kátia Patrícia de Souza Aguiar. Com que frequência? Diariamente.
<b>7. SECRETARIA JUDICIAL</b>
<b>7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?</b> ( X ) Bom      ( ) Regular      ( ) Ruim Justificar:



<p><b>7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?</b> ( X ) Sim            ( ) Não Justificar:</p>
<p><b>7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?</b> ( X ) Sim            ( ) Não Justificar:</p>
<p><b>7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?</b> ( X ) Sim            ( ) Não Justificar:</p>
<p><b>7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?</b> ( X ) Sim            ( ) Não Justificar: Embora seja uma vara especializada, poucos servidores possuem cursos na área de violência doméstica.</p>
<p><b>7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?</b> ( X ) Sim            ( ) Não Justificar: Para quando está a pauta de audiência? Janeiro de 2018 Em quais dias da semana são realizadas as audiências? Em regra, de terça a quinta, restando segunda e sexta para os casos urgentes.</p>
<p><b>7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?</b> ( ) Sim            ( X ) Não Justificar:</p>
<p><b>7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?</b> Diariamente.</p>
<p><b>8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL</b></p>
<p><b>8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA</b> Observação CICI: Informação prestada pela Assessoria do Juízo e pelo Diretor de Secretaria.</p> <p><b>TOTAL GERAL 2015:</b> Despacho: 3.125 Decisão Interlocutória: 1.224 Sentença: 936 Audiência: 544.</p> <p><b>TOTAL GERAL 2016:</b> Despacho: 3.883 Decisão Interlocutória: 1.612 Sentença: 1.713 Audiência: 1.070</p> <p><b>TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição):</b></p>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA  
A MULHER DA COMARCA DE SANTARÉM

Despacho: 2.667 Decisão Interlocutória: 1129 Sentença: 1.244 Tribunal do Júri: Não se aplica. Audiência: 621	
<b>8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA</b> Observação CJCI: Informação prestada pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo	<b>QUANTIDADE</b>
<b>CIVEIS</b>	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	25
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	871
<b>CRIMINAIS</b>	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	127
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	849
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
<b>CARTAS PRECATÓRIAS</b>	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	-
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	12
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
<b>TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA</b>	<b>1.884</b>
Feitos com Tramitação Externa	236
Contagem Física + Tramitação externa	2.120
ACERVO LIBRA	2.192



9. INDICADORES GERAIS		
<b>9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:</b> ( X ) Sim                      ( ) Não Justificar:		
<b>9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS).</b> Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho do ano de 2017.		
<b>ANO</b>	<b>AÇÕES DISTRIBUÍDAS</b>	<b>AÇÕES JULGADAS</b>
2015	858	1.139
2016	1.373	2.339
2017	776	1.428
<b>9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:</b> ( X ) Sim                      ( ) Não Justificar: Os processos de réu preso e os de Metas-CNJ estão identificados com etiquetas afixadas na capa.		
<b>9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:</b> ( 0 ) INICIAIS; ( 0 ) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ ( 1 ) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; ( 0 ) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: ( 0 ) IDOSO; ( 0 ) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; ( 0 ) AÇÕES DE ALIMENTOS; ( 2 ) RÉU PRESO; ( 1 ) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; ( 1 ) ALVARÁ DE SOLTURA; ( 0 ) POR ORDEM CRONOLÓGICA ( 0 ) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; ( 2 ) OUTRO: Crimes Sexuais. OBSERVAÇÕES:		
<b>9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ</b>		
<b>SISTEMAS</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD		X
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X



CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG		X
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
<b>9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado		
<b>10. INDICADORES CÍVEIS</b>		
<b>10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):</b> Não se aplica.		
<b>10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:</b> Não se aplica.		
<b>10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014):</b> Não se aplica.		
<b>10.4 PENDÊNCIAS Apreciação DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:</b> Não há. Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga: Não há.		
<b>11. INDICADORES CRIMINAIS</b>		
<b>11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):</b> Observação CICI: Informação prestada pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJEPa até o mês de junho de 2017 Acervo da meta: 1.095 Alvo: 876 Julgados: 1.080 Grau de cumprimento: 123,29%		
<b><u>META CUMPRIDA</u></b>		
<b>11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:</b> Prejudicado		
<b>11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:</b> 06 (seis) processos de réus presos provisórios, todos com tramitação regular, conforme consta na análise de processos em anexo.		



<b>11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:</b> ( X ) Sim            ( ) Não Justificar:
<b>11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:</b> ( X ) Sim            ( ) Não Justificar:
<b>11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?</b> ( X ) Sim            ( ) Não Justificar: Todos os seis processos de réus presos provisórios estão com tramitação regular, conforme consta na análise de processos em anexo.
<b>11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO):</b> Não há. Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: Não há.
<b>11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:</b> Prejudicado
<b>12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>
<b>12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:</b> Prejudicado
<b>12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:</b> Prejudicado
<b>12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:</b> Prejudicado
<b>12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA:</b> Não se aplica.
<b>12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Prejudicado
<b>12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?</b> Prejudicado
<b>12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Prejudicado



### 13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL

**13.1 EXITEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE?**

( ) Sim ( ) Não

Justificar:

Prejudicado

**13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?**

( ) Sim ( ) Não

Justificar:

Prejudicado

**13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?**

( ) Sim ( ) Não

Justificar:

Prejudicado

**13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?**

( ) Sim ( ) Não

Justificar:

Prejudicado

**13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?**

Prejudicado

**13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?**

Não.

**13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?**

Prejudicado

**13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?**

Prejudicado

### 14 PRECATÓRIAS

**14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO:**

Prejudicado

**14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 12.**

Obs: as cartas precatórias recebidas estão todas com movimentação recente, aguardando o cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça, ou aguardando resposta do juízo deprecante com informações adicionais para o efetivo cumprimento da missiva.

**14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 83.**

**14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Verifica-se a lista de processos parados há mais de 100 dias e, quando o motivo da paralisação é em razão da espera pelo retorno da carta precatória, é expedido ofício ao juízo deprecante solicitando a devolução da carta cumprida. Quando não há resposta do juízo deprecante, expede-se ofício ao órgão corregedor.

### 15 INQUÉRITOS POLICIAIS

**15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00.**



15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 44.		
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 37.		
<b>16 PETIÇÕES:</b>		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: Não há.		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: Não há.		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: Não há.		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 61.		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 61		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 00.		
<b>17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA</b>		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 02.		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 1.207.		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00.		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 03.		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 112.		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
RELATÓRIO EM ANEXO		
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? ( X ) Sim            ( ) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é feito pelo Libra. Quando o processo fica parado há mais de 100 dias aguardando mandado, a central de mandados é comunicada.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	209	22/06/2017
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	60	22/06/2017
17.7.3 ADVOGADO	11	03/05/2017
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? ( X ) Sim            ( ) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança?		



O advogado é intimado via DJE para devolver o processo. No caso do Ministério Público e da Defensoria Pública é expedido ofício.

**18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)**

**18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?**

( ) Sim ( X ) Não

Considerações CJCI: Existem 287 (duzentos e oitenta e sete) bens cadastrados no Sistema Libra, e somente 86 (oitenta e seis) no Sistema Nacional de Bens Apreendidos.

**18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar: As armas ficam acondicionadas na Sala de Armas localizado no Fórum da Comarca e os bens no Depósito.

**18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar: O setor responsável encaminha à Vara a documentação pertinente para juntada no processo.

**18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:**

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
-----	----------	-----------------

RELATÓRIO EM ANEXO

**18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar:

**18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?**

( ) Sim ( X ) Não

Justificar:

**19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

**19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?**

( X ) Sim ( ) Não

**19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar:

**19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?**

( ) Sim ( X ) Não

Justificar:

**19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?**

( ) Sim ( ) Não



Prejudicado
<b>19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:</b>
<p>O espaço físico da Secretaria é insuficiente. São duas salas pequenas para acomodar 4 servidores e 01 estagiário, além de todo o mobiliário. O balcão de atendimento é pequeno e muito próximo da porta, o que dificulta o atendimento dos usuários da Vara. Não há um local reservado para atendimento da vítima de violência doméstica.</p> <p>A equipe multidisciplinar realiza serviços para todo o Fórum e, muitas vezes, fica indisponível para a Vara de Violência Doméstica. Dividem o local de trabalho com a sala de depoimento especial, não tendo um lugar de uso exclusivo. Além disso, a sala fica distante dos demais setores da Vara.</p> <p>Os servidores da Vara precisam de treinamento especializado sobre violência doméstica e familiar contra a mulher.</p> <p>Nos últimos anos houve uma troca constante de magistrados, em razão do afastamento dos titulares por licença. Essa troca constante afeta o trabalho da Vara, pois cada Juiz tem uma visão e um método diferente de trabalho. Seria oportuno que o Juiz substituto que substituísse o titular ficasse mais tempo vinculado à Vara.</p> <p>A localização dos pontos de energia e dos pontos de rede impossibilitam ou dificultam a disposição do ambiente de trabalho, o que o torna menos produtivo.</p>
<b>21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:</b>
<p>Ratifico as informações prestadas pela secretaria e parabeno o excelente trabalho desempenhado por toda a equipe.</p>
<b>CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES DA CICI:</b>
<p>A Vara de violência doméstica e familiar contra a mulher de Santarém possui competência para julgamento dos processos relacionados à Lei nº 11.340/2006 c/c o Código Penal.</p> <p>A Dra. Carolina Cerqueira de Miranda Maia é a juíza titular da Vara, mas se encontra respondendo pela unidade judiciária o Juiz substituto Vilmar Durval Macedo Júnior, desde 11/07/2017.</p> <p>De acordo com a contagem física mais feitos com tramitação externa, há 2.120 (dois mil, cento e vinte) processos, constando, do Sistema Libra, acervo com 2.192 (dois mil, cento e noventa e dois) processos, de modo que o número de processos físicos é inferior ao número constante do Sistema.</p> <p>A resenha para publicação é realizada diariamente.</p> <p>Os processos são organizados na Vara por fase processual e os processos de réus presos e os que envolvem Metas do CNJ são identificados com etiquetas afixadas na capa.</p> <p>Com relação à Meta 1 do CNJ, a mesma foi cumprida nos anos de 2015 e 2016. Em 2017, já havia alcançado grau de cumprimento de 183,78% até o mês de junho.</p> <p>A Meta 2 do CNJ foi cumprida pela unidade judiciária, com 123,29% de grau de cumprimento.</p>



Havia 02 (dois) processos paralisados em Secretaria, há mais de 100 (cem) dias, aguardando cumprimento de ato judicial, e 1.207 (mil, duzentos e sete) há menos de 100 (cem) dias, o que corresponde a mais da metade dos processos da vara.

Havia 03 (três) processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, e 112 (cento e doze) há menos de 100 (cem) dias.

Não foram identificadas iniciais pendentes de registro, autuação, despacho ou conclusão, mas havia 61 (sessenta e uma) intermediárias pendentes de juntada e não remetidas à conclusão.

Não é feito o controle do prazo prescricional pela Secretaria, nem na contracapa dos autos, nem no Sistema, tanto nos processos em tramitação, quanto nos processos suspensos.

Havia 12 (doze) cartas precatórias em tramitação, todas com movimentação recente, e, com relação às cartas precatórias expedidas, 83 (oitenta e três) aguardavam devolução.

O controle, com relação às precatórias, é realizado através do Sistema Libra, com emissão de relatório, com feitos paralisados há mais de 100 (cem) dias, e a cobrança de devolução é realizada através de expedição de ofício ao Juízo deprecado, e, no caso de não haver resposta, é encaminhado à Corregedoria.

Com relação aos Inquéritos Policiais, 44 (quarenta e quatro) haviam sido encaminhados ao Ministério Público e 37 (trinta e sete) haviam sido remetidos à Delegacia de Polícia, para cumprimento de diligências.

As audiências são designadas e cadastradas no Sistema Libra, e a última data de audiência marcada estava agendada para janeiro de 2018. As audiências são realizadas, em regra, de terça a quinta feira, podendo ser realizadas audiências urgentes nos demais dias da semana.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra e o controle é feito através do Sistema, sendo acionada a Central de Mandados quando o processo fica paralisado por mais de 100 (cem) dias. A cobrança de devolução é feita à Central de Mandados da Comarca.

De acordo com o Sistema Libra, existem 220 (duzentos e vinte) mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias, alguns com carga em aberto desde 2011, 2013, 2014, 2015 e 2016.

O SISTAC (Sistema de Audiência de Custódia) está sendo devidamente alimentado, de modo que se encontravam cadastradas 44 (quarenta e quatro) audiências de custódia, a última realizada em 24/07/2017.

De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa de congestionamento da Vara de Violência doméstica e familiar de Santarém se encontrava 66,38%, sendo que, em 2016, a taxa de congestionamento estava 48,92%.

A cobrança de processos com vista além do prazo é efetuada pela Secretaria, através de ato ordinatório, a advogados, por meio de intimação, via DJE, e via ofício, ao MP e à Defensoria Pública. O controle é feito através do Sistema Libra. Havia 209 (duzentos e nove) processos com vista ao MP, com carga mais antiga datada de 22/06/2017, 60 (sessenta) com a Defensoria Pública, com carga mais antiga de 22/06/2017, e 11 (onze) com advogados, com carga mais antiga datada de 03/05/2017.

Há valores depositados em subconta, mas em nenhum processo há depósito sem movimentação há mais de 03 (três) anos.

Constatou-se também a existência de 22.086 (vinte e dois mil e oitenta e seis) tramitações pendentes de recebimento, 18 (dezoito) processos não ativados; 250 (duzentos e cinquenta) feitos arquivados com apensos em outra situação e 19 (dezenove) não arquivados com apensos arquivados.

Verificou-se ainda a existência de 122 (cento e vinte e dois) bens cadastrados no Sistema Libra, contudo no Sistema Nacional de Bens Apreendidos, do CNJ, constavam apenas 86 (oitenta e seis), o que demonstra pendência de alimentação de dados no referido Sistema.

Havia 06 (seis) processos de réus presos provisórios, restando cumprida pela Vara a meta de nivelamento do CNJ (40% de presos provisórios). Os processos de réus presos se encontram com tramitação regular.

Está pendente a alimentação do Sistema Nacional de Controle de interceptações telefônicas (SNCI), com relação aos anos de 2015, 2016 e 2017, havendo somente uma informação cadastrada, em outubro de 2016, cabendo ressaltar que, mesmo diante da inexistência de pedido de interceptação, deve ser cadastrada a informação no referido Sistema.

Conforme verificado pela equipe de Correição da CJCI, bem como relatado pela Diretora de Secretaria da Vara, em suas considerações, o local onde funciona a Secretaria da unidade é bem pequeno, não atendendo às necessidades de trabalho de servidores e de atendimento aos usuários, não



havendo espaço para atendimento da vítima de violência doméstica e familiar, o que já havia sido relatado após a Correição realizada em 2015.

\* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos de réus presos, processos da Meta 2 do CNJ e de processos criminais fora das Metas, relatórios do Portal de Metas e do Libra, gráficos do Banco de Dados da Secretaria de Informática do TJPA.

#### **RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:**

- 1 – Agilizar o cumprimento de diligências nos processos que se encontram paralisados há mais de 100 (cem) dias, bem como nos que se encontram paralisados há menos de 100 (cem) dias, em número elevado, bem como atualizar no Sistema os que já tiveram diligências cumpridas, encaminhando informação a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias sobre as providências adotadas;
- 2 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes da Meta 2 do CNJ, mantendo-os separados dos demais em tramitação;
- 3 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, através da utilização de ferramenta de controle, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, com cobrança imediata de devolução dos que se encontram nessa situação, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 4 – Efetuar controle do prazo da carga de processos para o Ministério Público e para advogados, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança imediata dos que se encontram com carga além do prazo, com informação, a esta Corregedoria, sobre o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 5 – Dar baixa no Sistema dos processos concluídos, que não estão mais em tramitação, para evitar taxa irreal de congestionamento, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência, para que seja adequado o quantitativo de processos físicos com a informação constante do Sistema Libra, com relação a processos ativos, informando o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 6 – Realizar o controle do prazo prescricional em todos os processos, na contracapa e/ou no Sistema, inclusive, nos que se encontram suspensos, observando o disposto no Provimento Conjunto nº 014/2017 – CJRMB/CJCI, e informando esta Corregedoria de Justiça a providência adotada, para cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 7 – Tramitar conclusos ao Gabinete todos os processos aptos à conclusão, sendo vedada pelo CNJ a preconclusão, tendo sido identificadas 87 (oitenta e sete) intermediárias não juntadas e não remetidas à conclusão;
- 8 – Encaminhar ao Magistrado a lista de IPLs que se encontram com o MP (44) e com a DEPOL (37), para cobrança de devolução, informando a esta Corregedoria o cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 9 – Providenciar a juntada das intermediárias pendentes da diligência, e após, encaminhá-las à conclusão;
- 10 – Encaminhar à conclusão a ação penal nº 0003219-76.2015.814.0051 que aguarda a providência desde 26/05/2017 (análise constante da planilha, em anexo).
- 11 - Receber, no Sistema, as tramitações pendentes (total de 22.086), informando a esta Corregedoria de Justiça o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 12 - Ativar 18 (dezoito) feitos que se encontravam pendentes da providência, no seguinte caminho, no Sistema: Distribuição – Ativação de processos;

#### **RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:**

- 1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes da Meta 2 do CNJ;
- 2 – Expedir ofício à autoridade policial da DEPOL local, requerendo a devolução dos 37 IPLs, que estavam com pendência de cumprimento de diligências, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 3 – Cobrar do Ministério Público os 44 IPLs que foram encaminhados com vistas;
- 4 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria, consistente em promover as baixas necessárias no Sistema, com relação a processos já concluídos, para redução da taxa de congestionamento, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;



5 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria, consistente em utilização de ferramentas no Sistema, para controle de prazos de mandados com Oficiais de Justiça e de carga para MP, Defensoria Pública e advogados, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;

6 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria, consistente em adotar ferramenta de controle de prazo de cartas precatórias expedidas, devendo ser cobrada a devolução das 83 (oitenta e três) cartas precatórias expedidas e ainda não devolvidas;

7 – Proceder a alimentação adequada do Sistema Nacional de Controle de interceptações telefônicas (SNCI), do CNJ, com relação aos anos de 2015, 2016 (informação cadastrada somente em outubro) e 2017, uma vez que, mesmo no caso de inexistência de pedido de interceptação, deve ser cadastrada a informação no referido Sistema, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias.

#### **PROVIDÊNCIAS PELA CICI**

1. Expedição de ofício à Presidência do TJPA e ao Setor de Engenharia, relatando a problemática que envolve o espaço físico da Secretaria da Vara de violência doméstica e familiar contra a mulher de Santarém, para que seja avaliada a possibilidade de realocação da Secretaria para um espaço mais adequado às peculiaridades da Vara ou para que se procedam reparos necessários à otimização dos serviços prestados.

**Santarém, 01/08/2017**



RELATÓRIO DE  
CORREIÇÃO NA  
VARA DO  
JUIZADO ESPECIAL  
CÍVEL



**Relatório de Competência por Comarca**

Comarca: **SANTARÉM**

Vara: **JUIZADO SANTAREM CIVEL - FIT**  
**ROBERTO RODRIGUES BRITO JUNIOR**

JUIZ RESPONDENDO

Competências

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

<b>COMARCA: SANTARÉM</b>
<b>EDITAL Nº 04/2017</b>
<b>PERÍODO: 31/07/2017 a 04/08/2017</b>
<b>CORREGEDORA: Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha</b>
<b>JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca</b>
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b>
<b>1.1 UNIDADE JUDICIAL:</b> Vara do Juizado Cível de Santarém – FIT.
<b>1.2 COMPETÊNCIA:</b> Conciliar, processar, julgar e executar causas cíveis (Lei 9.099/1995).
<b>1.3 MAGISTRADO (A):</b> Dr. Gerson Marra Gomes.
<b>1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Titular
<b>1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Desde 02/06/2016.
<b>2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>
<b>2.1 ENDEREÇO:</b> Av. Dr. Anysio Chaves, 334, Bairro do Aeroporto Velho, CEP 68.030.290, Santarém-Pará (anexo à Universidade da Amazônia), Telefone (93) 3522.3985.
<b>2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:</b> Prédio cedido através de convênio.
<b>2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:</b> A Secretaria da Vara do Juizado Cível ocupa seis salas de um dos prédios da Universidade da Amazônia/Unama. Um dos espaços é utilizado como sala de espera, seja para as audiências ou ainda para os atendimentos, contendo uma mesa duas cadeiras e cinco bancos de espera. Existe uma sala somente para realização dos trabalhos internos da secretaria e dois outros espaços onde funcionam o gabinete do juiz e a sala de audiências. A quinta sala é subdividida em quatro cômodos destinados a conciliações e à recepção de ações novas (atermações), sendo que apenas duas salas estão em efetivo uso. No prédio há três banheiros, sendo um deles reservado ao público, registrando-se que não há adequação a cadeirantes. Os demais banheiros atendem aos funcionários e ao magistrado da Vara.
<b>2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:</b> ( ) Boas                    ( x ) Regulares                    ( ) Ruins Justificar: Uma parte do espaço sofre infiltrações, paredes e divisória deterioradas, banheiros vêm sendo atacados por cupins, além disso, as instalações elétricas (tomadas) não atendem ao novo padrão, o banheiro de uso do jurisdicionado não está adaptado para deficientes e ainda a distribuição dos pontos de internet não se adequam às necessidades da Vara.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DO JUIZADO CÍVEL DA COMARCA DE  
SANTARÉM

<b>2.5 LIMPEZA E HIGIENE:</b> <input type="checkbox"/> Boas <input checked="" type="checkbox"/> Regulares <input type="checkbox"/> Ruins Justificar: Não ocorrem com regularidade e como o nível de trânsito de pessoas na Vara do Juizado é intenso, nem sempre o espaço está apresentável.
<b>2.6 MOBILIÁRIO:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Em sua maioria a mobília é nova, havendo ainda a necessidade de troca de algumas mesas e armário.
<b>2.7 SEGURANÇA:</b> <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Não temos registros de casos de violência externamente ou internamente, porém a estrutura do prédio é frágil, as janelas e portas não possuem grades. Registra-se que, durante o expediente, a Vara conta com a presença diária de um militar.
<b>2.8 ACESSIBILIDADE:</b> <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Há necessidade de adaptação do banheiro para deficientes físicos, com destaque para cadeirantes.
<b>2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:</b> <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Não se aplica.
<b>3. MAGISTRADOS</b>
<b>3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Dr. Gerson Marra Gomes – desde 02/06/2016
<b>3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Não se aplica.
<b>3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:</b>  <b>Ano de 2016</b> Período de 01/07/2016 a 31/07/2016 (férias).  <b>Ano de 2017</b> Período de 09/01/2017 a 23/01/2017 (férias). Período de 02/05/2017 a 16/05/2017 (férias). Período de 10 e 11/06/2017 (Outros).
<b>3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:</b> Não houve.
<b>3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES</b> Não houve.
<b>3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:</b> Relacionar e descrever: Não se aplica.
<b>3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DO JUIZADO CÍVEL DA COMARCA DE  
SANTARÉM



JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01. Fredison Capeline	15/12/2011	01/06/2016
02. Rafael Grehs	24/03/2014	29/03/2014
	18/08/2014	29/08/2014
03. Luciana Maciel Ramos	01/04/2014	30/04/2014
04. Marcelo Góes Vasconcelos	01/09/2014	30/09/2014
	20/11/2014	04/12/2014
	06/02/2015	07/03/2015
05. Clemilton Salomão Ramos	08/03/2015	20/03/2015
	07/01/2015	05/02/2015
06. Roberto Rodrigues Brito Junior	07/01/2015	05/02/2015
07. Luciana Maciel Ramos	22/04/2015	01/05/2015
08. Karla Cristiane Sampaio Nunes	01/03/2016	15/05/2016
09. Karise Assad	16/05/2016	31/05/2016
10. Luciana Maciel Ramos	01/07/2016	31/07/2016
11. Célia Gadotti Bedin	09/01/2017	23/01/2017
12. Valdeir Salviano da Costa	02/05/2017	16/05/2017
	10/06/2017	11/06/2017

**4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):**

**4.1 GABINETE:**

Nome: Isabel Iolane Amazonas Ribeiro  
Cargo: Assessoria do Juízo  
Ato de nomeação: Portaria nº 0815/2001-GP  
Ato de lotação: Portaria nº 112/2011-GP

**4.2 SECRETARIA:**

Nome: Raimundo Márcio Pinto de Jesus  
Cargo: Analista Judiciário (Diretor de Secretaria)  
Ato de nomeação: Portaria nº 1.234/2006-GP

Nome: Jéssica Mariana Correa Tolentino  
Cargo: Analista Judiciário  
Ato de nomeação: Portaria nº 1.889/2017-GP

Nome: Naiana Cristina de Sousa Monteiro  
Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal  
Ato de nomeação:

Nome: Bárbara Moraes Costa  
Cargo: Conciliadora  
Ato de nomeação: Portaria nº 4293/2016-GP

Nome: Vanessa Anequino de Oliveira  
Cargo: Conciliadora  
Ato de nomeação: Portaria nº 3217/2016-GP

Nome: Raifson Felix Barros dos Santos  
Cargo: Estagiário



Nome: Samantha Correa Monteiro Cargo: Estagiária
<b>5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA</b>
<b>5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Prejudicado
<b>5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Prejudicado
<b>5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> Prejudicado
<b>5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Prejudicado
<b>5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Prejudicado
<b>5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> Prejudicado
<b>6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL</b>
<b>6.1 VEÍCULOS:</b> Não há
<b>6.1.1 FROTA:</b> Prejudicado
<b>6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>6.2 INFORMÁTICA (QUANTIDADE):</b> Computador: 08 Notebook: 02 Scanner: 07 Impressora: 02
<b>6.2.1 ACESSO Á INTERNET:</b> ( x ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim Justificar: A internet atende as necessidades da Vara.
<b>6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):</b> 10 (dez) pontos Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. A quantidade de pontos de internet precisa ser ampliada, assim como a distribuição dos pontos no prédio também precisa ser melhor ajustada.
<b>6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS:</b> PROJUDI e PJE.
<b>6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail):</b> jecivelsantarem@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Diretor de Secretaria Com que frequência? Diária
<b>7. SECRETARIA JUDICIAL</b>



**7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?**

( x ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Justificar: Os processos são eletrônicos não se podendo falar em estado de conservação. Quanto às pastas, estas são organizadas conforme as necessidades da secretaria.

**7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?**

( x ) Sim ( ) Não

Justificar: As pastas são identificadas por assuntos/temas, sendo agrupadas em um armário, cuja funcionalidade não é apropriada para o manuseio das pastas.

**7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?**

( x ) Sim ( ) Não

Justificar: Trata-se dos Sistemas Projudi e PJE.

**7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?**

( x ) Sim ( ) Não

Justificar: Todos possuem senhas individuais para acesso e manuseio do sistema Projudi. Quanto ao sistema PJE, os estagiários têm senha individual apenas para o acesso, tendo restrição, entretanto, em relação ao manuseio.

**7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?**

( x ) Sim ( ) Não

Justificar: Há necessidade de capacitação voltado para o sistema PJE.

**7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?**

( x ) Sim ( ) Não

Justificar: Tanto o sistema Projudi quanto o sistema PJE permitem o acompanhamento diário, bem como agendas futuras de audiências designadas. Além disso, há uma pauta física para o controle específico das audiências de instrução e julgamento. As audiências com o Juiz são realizadas as terças, quartas e quintas. Já com os conciliadores as audiências são realizadas as segundas, quartas e sextas.

As atermações são realizadas prioritariamente dias de terça e quinta-feira, sendo que, em caso de prioridade, aterma-se em qualquer dia da semana.

A pauta de audiência de conciliação esta designada até o dia 04/10/2017.

E as audiências de instrução, até 14/12/2017.

**7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?**

( ) Sim ( x ) Não

Justificar: Mensalmente os processos finalizados são baixados e arquivados.

**7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?**

Por se tratar de processo eletrônico, são raríssimas as publicações via resenha.

**8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL**

**8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA**

Observação CJCI: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo.

2015



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DO JUIZADO CÍVEL DA COMARCA DE  
SANTARÉM

**PROJUDI**

Despacho: 542  
Decisão: 1.778  
Sentença: 1.025  
Audiências: 1.202

**2016**

**PROJUDI**

Despacho: 510  
Decisão: 1.017  
Sentença: 915  
Audiências: 882

**PJE**

Despacho: O relatório do sistema PJE não apresenta dados relativos a despachos.  
Decisão: 48  
Sentença: 184  
Audiências: 372

**TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição):**

**PROJUDI**

Despacho: 352  
Decisão: 270  
Sentença: 208  
Audiências: 33 A

**PJE**

Despacho: O relatório do sistema PJE não apresenta dados relativos a despachos.  
Decisão: 115  
Sentença: 322  
Audiências: 578

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
Observação CJC: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo	
<b>CIVEIS</b>	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	Projudi: 466 PJE: 803 Total: 1.269
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-



CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	15
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	-
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	-
Feitos com Tramitação Externa	-
Contagem Física + Tramitação externa	-
ACERVO PROJUDI + PJE	1.284

## 9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

( x ) Sim ( ) Não

Justificar: Respeitando sempre as particularidades da Lei 9.099/1995.

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS).

Observação CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho de 2017

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	598	487 (META NÃO CUMPRIDA)
2016	634	523 (META NÃO CUMPRIDA)
2017	294	293 (META NÃO CUMPRIDA)



**9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:**

( x ) Sim ( ) Não

Justificar: Tanto o sistema Projudi quanto o sistema PJE trabalham com a identificação de prioridades, havendo recomendação aos servidores para garantir tramitação diferenciada.

**9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:**

( 5 ) INICIAIS;

( 2 ) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

( 1 ) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

( 6 ) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:

( 3 ) IDOSO;

( - ) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

( - ) AÇÕES DE ALIMENTOS;

( - ) RÉU PRESO;

( - ) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

( - ) ALVARÁ DE SOLTURA;

( - ) POR ORDEM CRONOLÓGICA

( 4 ) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;

( - ) OUTRO

**OBSERVAÇÕES:** Apesar do indicador em questão sugerir uma ordem cronológica, nesta secretaria e juízo as ações se dão de forma coordenada, ou seja, algumas das situações enumeradas são encaminhadas de forma concomitante, objetivando a celeridade.

**9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ**

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-	-
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	-	-
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	-	-
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	-	-
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	-	-
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	-	-

**9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?**

( ) Sim ( x ) Não

Justificar: Desde sua instalação, não há registros de PAD na Vara do Juizado Cível.

**10. INDICADORES CÍVEIS**



<b>10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):</b> Observação CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho de 2017  Acervo da meta: 108 Julgados: 108 Grau de julgamento: 100%  <b>META CUMPRIDA</b>
<b>10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:</b> Prejudicado
<b>10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014):</b> Prejudicado
<b>10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:</b> Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga: 00
<b>11. INDICADORES CRIMINAIS</b>
<b>11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):</b> Prejudicado
<b>11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:</b> Prejudicado
<b>11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:</b> Prejudicado
<b>11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO):</b> Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: Prejudicado
<b>11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:</b> Prejudicado
<b>12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>
<b>12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:</b> Prejudicado



<b>12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:</b> Prejudicado
<b>12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:</b> Prejudicado
<b>12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:</b> Prejudicado
<b>12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Prejudicado
<b>12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?</b> Prejudicado
<b>12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Prejudicado
<b>13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL</b>
<b>13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE?</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?</b> ( ) Sim            ( ) Não Justificar: Prejudicado
<b>13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?</b> Prejudicado.
<b>13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?</b> Prejudicado
<b>13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?</b> Prejudicado



<b>13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?</b> Prejudicado
<b>14 PRECATÓRIAS</b>
<b>14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO:</b> 15 (quinze). Todas as analisadas no sistema PJE, estão com tramitação regular. Aguardando o cumprimento da diligência deprecada.
<b>14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO:</b> Prejudicado
<b>14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA:</b> Sistema Projudi – 11 Cartas Precatórias / Sistema PJE – 33 Cartas Precatórias
<b>14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( x ) Sim                      ( ) Não Justificar: As cartas precatórias expedidas são agrupadas em um localizador específico, sendo cobradas, através de ato ordinatório, sempre que o tempo de duração da diligência foge do disposto em lei. As cartas precatórias recebidas também são armazenadas em separado para facilitar o controle da diligência deprecada, assim como a cobrança, através de ato ordinatório, do oficial de justiça que estiver responsável pela diligência.
<b>15 INQUÉRITOS POLICIAIS</b>
<b>15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b> Prejudicado
<b>15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b> Prejudicado
<b>15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS:</b> Prejudicado
<b>16 PETIÇÕES:</b>
<b>01.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO:</b> Não há registros por se tratar de processo judicial eletrônico. As iniciais que são cadastradas por advogado são automaticamente conclusas ao Juiz. As iniciais que são tomadas a termo pelo Juizado também são cadastradas de forma imediata, sendo encaminhados ao Juiz automaticamente.
<b>01.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO:</b> Não há registros por se tratar de processo judicial eletrônico, sendo a conclusão automática.
<b>01.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00</b>
<b>16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS:</b> Não se aplica, por se tratar de processo virtual.
<b>16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00</b> Nenhuma.
<b>16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS:</b> PROJUDI: 47



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DO JUIZADO CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

<b>17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA</b>		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 00		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 00		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 107		
<b>17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:</b>		
<b>NOME</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>DATA MAIS ANTIGA</b>
Citação, Penhora e Avaliação	103	11/05/2016
Mandado de Penhora e Avaliação	38	30/03/2017
Mandado de Remoção de Bens	17	30/03/2017
Mandado de intimação de despacho	54	26/01/2017
Mandado de Intimação de Sentença	15	10/05/2017
Mandado de Intimação de Oficial de Justiça	23	24/03/2017
<b>TOTAL</b>	250	-
<b>17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( x ) Sim ( ) Não Justificar: Tanto no sistema Projudi, quanto no sistema PJE, a cada dois meses a cobrança dos mandados atrasados é feita junto à Central de Mandados. Ocorre que há um grande problema quanto à distribuição e ao controle desses expedientes, tanto por parte dos oficiais, quanto por parte da Serventia, em relação ao sistema PROJUDI. É que, apesar dos processos serem eletrônicos, os mandados continuam sendo impressos em Secretaria e levados à Central de Mandados do Fórum, onde são recebidos e distribuídos a um dos oficiais que integram os quadros da Comarca de Santarém. Registra-se que o recebimento e a devolução dos documentos são feitos de forma precária em livros de protocolo, já que a maioria dos oficiais não é cadastrada ao PROJUDI. Quando esta secretaria necessita de informações em relação a algum mandado que se encontre em poder dos oficiais é necessário fazer intermináveis buscas no caderno de protocolo para saber com que oficial o mandado se encontra. Portanto, a falta de Oficial de Justiça exclusiva ao Juizado dificulta o funcionamento do processo eletrônico, já que os mandados cumpridos, que deveriam ser juntados aos autos pelo próprio oficial, voltam ao cartório, quando só então são anexados aos processos, fazendo com que estes percam, em parte, seu caráter virtual.		
<b>17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:</b>		
	<b>QUANTIDADE:</b>	<b>CARGA MAIS ANTIGA:</b>
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	Não se aplica	
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA		
17.7.3 ADVOGADO		
<b>17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Não se aplica, uma vez que a Vara trabalha apenas com processo judicial eletrônico.		
<b>18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)</b>		
<b>18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?</b> ( ) Sim ( ) Não		



Justificar: Prejudicado		
<b>18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado		
<b>18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado		
<b>18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:</b>		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
Prejudicado		
<b>18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado		
<b>18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado		
<b>19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS</b>		
<b>19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?</b> ( x ) Sim ( ) Não		
<b>19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?</b> ( x ) Sim ( ) Não Justificar:		
<b>19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?</b> ( x ) Sim ( ) Não Justificar: Relatório em anexo.		
<b>19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?</b> ( ) Sim ( ) Não Prejudicado		
<b>19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?</b> ( ) Sim ( ) Não Prejudicado		
<b>19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado		
<b>20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:</b>		



A secretaria requer realização de nova formação pautada no sistema PJE.

## 21. CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Sem considerações.

## 22. CONSIDERAÇÕES CJCI:

A Vara do Juizado Especial Cível de Santarém possui competência para feitos cíveis até 40 salários mínimos e funciona em um dos prédios da Faculdade FIT, que é da Universidade da Amazônia, ocupando 06 (seis) salas.

O Dr. Gerson Marra Gomes é o Magistrado titular da Vara, desde 02/06/2016.

Conta com acervo de 1.284 (mil, duzentos e oitenta e quatro) feitos, dos quais 466 (quatrocentos e sessenta e seis) do PROJUDI e 803 (oitocentos e três) do PJE.

Por se tratar de unidade judiciária que trabalha com processo eletrônico, são raras as publicações, via resenha.

Os sistemas Projudi e PJE trabalham com identificação de prioridades dos feitos.

Não foram identificados, nos Sistemas, processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela, pendentes de apreciação.

Com relação à Meta 1 do CNJ, não foi cumprida nos anos de 2015 e 2016, e ainda não havia alcançado grau de cumprimento em 2017, até o mês de junho.

Não há na Vara processos incluídos na Meta 2 do CNJ

As iniciais cadastradas por advogados são automaticamente conclusas ao Juiz e as iniciais tomadas a termo pela Vara do Juizado também são cadastradas, de imediato, e encaminhadas ao Juiz.

Havia 47 (quarenta e sete) petições intermediárias não despachadas.

Não foram identificados feitos paralisados há mais de 100 (cem) dias por falta de cumprimento de ato judicial nem há menos de 100 (cem) dias, o que demonstra que a Vara se encontra saneada.

Não havia processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, e foram identificados 107 (cento e sete) processos conclusos há menos de 100 (cem) dias, incluindo as 47 intermediárias não despachadas no PROJUDI.

Há uma pauta física, para controle específico das audiências de instrução e julgamento. As audiências com o Magistrado são realizadas às terças, quartas e quintas, e com os conciliadores, são realizadas às segundas, quartas e sextas. As atermações são realizadas geralmente dias de terça e quinta-feira, sendo que, em caso de prioridade, atermam-se em qualquer dia da semana.

A pauta de audiências de conciliação estava com última data marcada para 04/10/2017 a de instrução, até 14/12/2017.

Os processos finalizados são baixados e arquivados mensalmente.

Com relação a mandados com carga em aberta a Oficiais de Justiça, tanto no Sistema Projudi, quanto no PJE, a cada dois meses, a cobrança dos mandados com carga em aberto fora do prazo é feita